

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE LEVOU  
À NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**30 de Abril de 2009**

**40.<sup>a</sup> Reunião**

**(Porta Fechada)**

Ordem de trabalhos:

Audição do Dr. Abdool Vakil, ex-Presidente do Conselho de Administração  
do BPN

## Índice Remissivo

---

### A

Dr. Abdool Vakil · 4, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

A Sr.ª Presidente : (Maria de Belém Roseira) 3, 5, 6, 7, 45, 77, 98, 104, 115, 128, 132, 133

---

### H

Honório Novo (PCP) · 6, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128

---

### J

João Semedo (BE) · 6, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 128, 129, 130, 131, 132

---

### M

Miguel Macedo (PSD) · 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

---

### N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 5, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 132

---

### S

Sónia Sanfona (PS) · 4, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

A Sr.<sup>a</sup> Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 19 horas e 25 minutos.*

Srs. Deputados, antes de começar esta reunião, gostava de dizer o seguinte: este agendamento foi feito por acordo com todos os Grupos Parlamentares e se os Srs. Deputados não queriam a reunião hoje, a esta hora, tinham-me dito. Agora, o que é absolutamente impossível é marcar-se uma reunião para as 18 horas e 30 minutos e eu, a esta hora, ainda estar à espera dos Srs. Deputados, até porque toda a gente, hoje, tem imensa coisa para fazer e temos uma audição importante.

Portanto, das duas, uma: se os Srs. Deputados acharem que, a partir de uma determinada hora, eu posso pedir ao Sr. Dr. Vakil para vir cá, outra vez, na tarde de terça-feira, pelas 17 horas, muito bem; agora, o que me parece absolutamente inaceitável é que alguns Deputados estejam aqui há uma hora à espera de outros Srs. Deputados que não chegaram. Isto não pode ser, desculpem lá. O tempo é precioso para todos e eu sinto-me muito desgastada por causa do tempo que se perde.

Já, no outro dia, referi aos Srs. Deputados que, quando alguém chega atrasado, não é do tempo que chega atrasado que ele dispõe; ele dispõe do tempo das pessoas que esperaram por ele na exacta dimensão daquele tempo que se atrasaram multiplicado pelos vários que ficaram à espera.

E eu devo dizer-vos que isto é muito desgastante para todos e, para mim, é-o especialmente, porque estou aqui sempre e, portanto,

desculpem, mas estamos quase a acabar os nossos trabalhos mas era bom que os acabássemos bem, tendo em atenção que temos de nos respeitar todos uns aos outros.

Esta audição, penso eu, vai iniciar-se com as perguntas feitas pelo CDS-PP, uma vez que foi quem requereu a vinda do Sr. Dr. Abdool Vakil a esta Comissão por uma segunda vez.

Agradecia que todos fizessem uma gestão criteriosa dos tempos e que me avisassem, antes de eu ir buscar o Dr. Abdool Vakil, se acham que é razoável acabarmos hoje, a hora razoável, esta audição ou se preferem que eu peça ao Sr. Dr. para, no caso de não haver tempo para se completar esta audição, que ela continue na próxima terça-feira à tarde.

Estão aqui os vários Grupos Parlamentares e gostava que se pronunciassem sobre isso.

Faz favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Em primeiro lugar, desejava subscrever, inteiramente, as palavras da Sr.<sup>a</sup> Presidente e dizer que isto é, de facto, difícil para todos e cada um de nós e acrescidamente difícil para V. Ex.<sup>a</sup>, que tem estado, sistematicamente, sempre na Comissão.

Queria também dizer que o que entendo e sugiro, se não houver condições para terminarmos a audição a uma hora aceitável, uma vez que, para além de todos os Srs. Deputados que não estão e que, eventualmente, terão muitos afazeres e os Srs. Deputados, que estão presentes, certamente também os terão, é que se estabeleça uma hora

razoável para terminarmos hoje a audição e, não estando ela concluída, que se possa continuar na próxima terça-feira.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado Nuno Melo, faz favor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, porque uma coisa é a imagem, que poderá ser um dia visionada, e outra coisa é a verificação dos trabalhos desta Comissão, queria dizer que, em boa verdade, estive aqui só, sentado e apenas acompanhado de uma Sr.ª Assessora e, portanto, desse ponto de vista, quero dizê-lo para que fique registado em acta.

E, assim sendo, Sr.ª Presidente, também queria dizer que, sendo o primeiro a colocar as questões, que solicitei como pergunta/resposta, eu não gostava de ser prejudicado, em termos de substância para a Comissão, por uma correcção de atraso que, enfim, hoje, será de outras pessoas que não eu, embora, porventura, noutros dias, poderei ter sido eu a chegar atrasado, mas objectivamente, hoje, não fui.

Portanto, tendo em conta que esta é uma audição que requeremos por acharmos que é importante, queria dizer à Sr.ª Presidente que eu não gostava de ser, em substância, prejudicado nesta audição por uma questão, que é processual, de atraso de Deputados. E, desse ponto de vista, procurarei ser sucinto, Sr.ª Presidente, mas ficava também essa ressalva para efeitos de acta.

A Sr.ª Presidente: — Os Srs. Deputados acham razoável que se estabeleça as 21 horas e 30 minutos como tempo limite para esta reunião? Acham razoável?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu acabarei à hora que decidirem, mas seguramente que até às 21 horas e 30 minutos é impossível concluir esta audição.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, começo por lhe perguntar se esta Comissão já tem quórum, neste momento.

A Sr.ª Presidente: — Tem quórum com nove Srs. Deputados, sim, senhor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem. Então, tendo quórum, ela não começa, de facto, com uma hora de atraso, começa com menos, com bastante menos, porque, de facto, como bem sabe a Sr.ª Presidente, e era bom que todos os colegas também se apercebessem disso, o Plenário acabou há meia hora.

Por exemplo, o meu Grupo Parlamentar, cujo quórum de presença aqui é assegurado pela minha própria pessoa, portanto, quando eu estou, estamos todos, quando eu não estou, não está ninguém, coisa que não acontece com todos, a verdade é que eu fiz uma intervenção 5 minutos

antes de terminar o Plenário. Mas isto é uma questão que a repito aqui para que conste da acta também, seguindo o mesmo princípio do Sr. Deputado Nuno Melo.

Quanto a nós terminarmos ou não esta audição em hora relativamente próxima, vejo isso como relativamente difícil. Creio que a audição é um todo, colhe e beneficia das sinergias internas entre as diversas questões dos diversos colegas e, das duas, uma: ou estamos dispostos e disponíveis a encurtar hoje o tempo de intervenção e a terminar a uma hora razoável, mas concluir a audição hoje, ou, então, eu acho preferível, se não tivermos essa disponibilidade, continuar noutro dia se o Sr. Dr. Vakil tiver outra disponibilidade.

Mas, naturalmente, isso não depende de mim e eu estarei disponível para as duas hipóteses.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito bem, confirmo o que disse o Sr. Deputado Honório Novo, que, como viu, aliás, eu fui ao Plenário e estava a intervir, bem como o Sr. Deputado Hugo Velosa.

A questão não se põe, digamos, da mesma forma para todos. O problema que se põe é que tínhamos marcado uma hora, que era uma hora razoável, e já tínhamos falado vários vezes que nem sempre é possível esperar pelo fim do Plenário para evitar que estas reuniões se prolonguem indefinidamente, até por causa dos nossos convidados e da sua resistência física, que também, obviamente, é algo que nós devemos ponderar.

Srs. Deputados, vou agora buscar o Sr. Dr. Abdool Vakil.

*Pausa.*

Sr. Dr. Abdool Vakil, agradeço, em nome de todos os Srs. Deputados, o facto de ter aceite vir, novamente, a esta Comissão.

Vamos dar início a esta sessão com as perguntas do Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, que requereu esta audição e requereu também que ela fosse no método de pergunta/resposta.

O Sr. Dr. já aqui esteve, já sabe, não vale a pena explicar mais nada, de maneira que, se o Sr. Dr. achasse bem, para não nos atrasarmos mais, dávamos, desde já, início à audição, pelo que dou, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Abdool Vakil, queria agradecer, uma vez mais, a colaboração que nos presta.

A razão de ser desta nova audição, que solicitei, tem que ver com o facto de o Sr. Dr. ter desempenhado as funções que desempenhou e, ao longo dos trabalhos, terem surgido, como compreenderá, novos depoimentos, muitos, e alguns deles revelaram, porventura, contradições, que, no que toca ao período de gestão do Sr. Dr. Abdool Vakil, nenhuma outra pessoa poderia esclarecer senão o Sr. Dr. Abdool Vakil.

Portanto, a nova chamada que foi feita é para, sobre isto, mais que não seja em relação às contradições, ver se conseguimos ter alguma luz.

O Sr. Dr. disse, nesta Comissão, o seguinte: «A informação apurada para resposta às questões formuladas pelo Banco de Portugal levou à detecção da existência de relações entre o Banco Insular e o Grupo SLN, a



operações de crédito concedido e respectivas garantias não contabilizadas e à ultrapassagem dos limites legais à detenção de acções próprias que, como sabem, é de 10%.

Estas questões foram, de imediato, mandadas relevar e regularizar, reportando-as ao Banco de Portugal, aos restantes membros dos conselhos de administração da SLN e do BPN e aos accionistas».

A primeira questão que coloco, Sr. Dr., é para tentar precisar isto no tempo. O que é isto «de imediato», Sr. Dr.? Quando é que falou, pela primeira vez, com responsáveis do Banco de Portugal sobre as relações entre o Banco Insular e o Grupo SLN, sobre o crédito concedido não contabilizado e sobre a ultrapassagem dos limites legais à detenção de acções próprias? Quanto, precisamente, se é que nos pode ajudar, ou aproximadamente, é que isso sucedeu, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Abdool Vakil (ex-Presidente do Conselho de Administração da SLN e do BPN): — Boa tarde a todos. É com prazer que estou cá, novamente, com o intuito de esclarecer ou tirar dúvidas que subsistam.

Quanto a essa questão do Banco Insular, não lhe posso dizer a data exacta. Sei que – já tinha dito isso aqui e mantenho o que disse – levou muito tempo a encontrar, de facto, o fio à meada. Evidentemente que toda a gente sabia que havia um Banco Insular, mas não sabíamos a extensão que ele tinha e o número significativo de operações que estavam lá, quer do lado do activo quer do lado do passivo, e, também quanto à titularidade, já falei que não sabia de quem era o banco.

Mas acho que, de facto, as operações foram vistas, não sei de cor exactamente, lá para Abril/Maio, e nós começámos, então, a indagar aquilo tudo.

Expliquei também aqui, nesta Comissão, que, depois de ver que havia operações, não se podia, de ânimo leve, sem fazer uma análise ponderada, comunicar logo ao Banco de Portugal. Tínhamos que ver o que é que estava por detrás disso tudo e, além disso, havia a questão do sigilo bancário e eu expliquei-lhes até que há o sigilo bancário de cá e há o sigilo bancário da jurisdição de Cabo Verde, que não podíamos violar.

Portanto, aconteceu que o nosso advogado consultou um advogado em Cabo Verde para se chegar à conclusão sobre a maneira de se chegar lá sem violar o segredo bancário.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Uma das outras audições, que eu já solicitei e estamos a ver em que termos é que será prestada, é exactamente a do Dr. Luís Vaz Mascarenhas, que, como o Sr. Dr. sabe, era, até há bem pouco tempo, e tanto quanto sei o banco foi liquidado, presidente do Banco Insular.

O Sr. Dr. referiu, na última audição, uma conversa, em Fevereiro, com o Dr. Luís Vaz Mascarenhas sobre o Banco Insular. E, portanto, enfim, das duas, uma: ou o Dr. Luís Vaz Mascarenhas, que sabia tudo, não informou o Sr. Dr., logo, em Fevereiro, das circunstâncias e da existência do Banco Insular e ter-se-á de relevar em relatório essa omissão na prestação de informações, ou, de facto, o Dr. Luís Vaz Mascarenhas informou.

Portanto, Sr. Dr., o que lhe pergunto é o teor dessa conversa, tida em Fevereiro, acerca do Banco Insular com o Dr. Luís Vaz Mascarenhas.

Sr. Dr. Abdool Vakil: — Antes de mais, informo que o nome não é Luís Vaz Mascarenhas, mas, sim, José Vaz Mascarenhas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Obrigado, Sr. Dr.. Assumo que foi um lapso e rectifico o nome para Dr. José Vaz Mascarenhas.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Conheço-o bem e, de facto, ele veio falar comigo, porque dizia que não tinham terminado as diligências que ele tinha feito com o meu antecessor para tratar de certas coisas.

É claro que eu tinha muitas outras prioridades, mas acabei por recebê-lo e ele foi, então, digamos, desbobinando o novelo das várias coisas do Insular. Aliás, como eu disse já nesta Comissão, ele foi-me dizer que havia operações voadoras, porque ele tinha operações que dizia que não estavam registadas, que estavam fora, etc.

Portanto, estas é que eram as queixas dele, mas, por exemplo, ele nunca me falou na titularidade e tal como ele não o fez também não o fizeram pessoas que eram meus colegas na administração e que estiveram aqui a prestar depoimento – e não vou falar de nomes – que disseram que já sabiam da existência do Banco Insular desde 2002.

Ora, eu digo se eles já sabiam desde 2002 era normal que, tendo-me como presidente do conselho de administração todos os dias e vendo-me nas reuniões do conselho, me tivessem dito: olhe, não anda à procura

disso, porque eu sei! Os factos são estes. Eu não sabia e foi um grande esforço para chegar lá.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas quando é que o Sr. Dr. tem conhecimento da existência do Banco Insular? Quando é que o Sr. Dr. ouviu falar do Banco Insular pela primeira vez?

O Sr. Dr. Abdool Vakil — Do Banco Insular falava-se há muito tempo, mas não se sabia que era nosso, nem que tinha nada connosco. Mas também não era nosso correspondente... Quem aparece, a primeira vez, a falar do Banco Insular com esta extensão de operações, etc. é o Sr. Dr. José Vaz de Mascarenhas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quando se referiu a...

O Sr. Dr. Abdool Vakil — Sr. Deputado, se eu souber qual é a sua preocupação, nessa altura, eu tento ver como é que posso esclarecer, se não se importa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, Sr. Dr., a minha preocupação é perceber as contradições, porque há pessoas que dizem umas coisas e outras que dizem outras...

O Sr. Dr. Abdool Vakil — Sr. Deputado, eu não estou preocupado com as contradições. As pessoas dizem aquilo que devem dizer em sua consciência. Eu venho aqui dizer a verdade, não estou preocupado que

outro alguém me contradiga. Não estou preocupado com isso. Eu disse aquilo que é verdade e mantenho-o.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro. Mas, o Sr. Dr. compreenderá que se, por exemplo, alguém como o Sr. Dr. Rui Machete, que não é uma pessoa qualquer, tal qual o Sr. Dr. não é, pessoas com credibilidade junto da opinião pública e que desempenham funções importantes há muitos anos, ou o Sr. Joaquim Coimbra que aqui também referiu conversas com a supervisão de acordo com as quais o Banco de Portugal ou, pelo menos, o Sr. Vice-Governador Duarte Neves, não só saberia da existência do Banco Insular em momento anterior ao da reunião do dia 12 de Maio, que é a data dessa acta, como até teria surgido a sua venda a terceiros...

Portanto, perante declarações destas, não o surpreenderá nós termos toda a vantagem em apurar deste facto e de outros e, portanto, Sr. Dr., não veja nisto nada de pessoal. Ninguém tem nada de pessoal contra ninguém; agora, os factos precisam ser esclarecidos e é só esse o meu propósito....

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — O que eu poder dizer para esclarecer com certeza que o farei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois é esse o meu propósito.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Está bem, com certeza.

Agora, vou dizer-lhe uma coisa: o saber do Banco Insular ou de operações do Banco Insular sem ter uma informação consistente e certa, isso não levaria as pessoas verdadeiramente profissionais a ir logo a correr dizer ao Banco de Portugal o que é que se passaria sem terem a certeza do que é que se estaria a passar.

Portanto, nós tínhamos de apurar a verdade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois tinham, mas...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Peço desculpa, não quero dar lições ao Sr. Deputado...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se quiser até dá! Eu até agradeço.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não dou, aliás, até podia dar pela experiência que tenho, mas nós na banca temos de ter muito cuidado com a informação que divulgamos. Nós não podemos dar coisas de ânimo leve sem termos de ter a certeza que as coisas eram como eram.

E creia que levou muito tempo esse processo, porque, como disse, envolveu muitas coisas: envolveu a questão do sigilo bancário, que, em Cabo Verde – e eu até fiquei surpreso – levam muito a sério essas coisas e tivemos que ter a opinião de um advogado de lá para ter a certeza que podíamos entrar nas carteiras do Banco Insular, que era sediado em Cabo Verde.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o património do Banco Insular já foi vendido ou, pelo menos, já foi publicado o anúncio da sua liquidação.

Percebo que cada pessoa terá o seu estilo, mas...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Já agora, só mais um ponto: disse-me que o Dr. Machete...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já lá vamos a esse ponto, Sr. Dr., é só para não antecipar. Não só o disse como escreveu.

O Sr. Dr. tem essa conversa em Fevereiro com o Dr. José Vaz Mascarenhas e, enfim, eu acho que a parte grave dessa conversa é quando se percebe que já em 9 de Fevereiro de 2008, o *Expresso* escrevia isto, que lhe vou ler: «(...) nomeadamente as operações que tem vindo a desenvolver em Cabo Verde, onde detém o BPN IFI e o Banco Insular, detido a 100% pela Insular Holding Limited. O Banco Insular tem um capital social de 7 milhões de euros, integralmente subscrito pela Insular Holding que foi criada em 1997 e autorizada pelo Banco Central de Cabo Verde. José Vaz Mascarenhas é o presidente do conselho de administração do banco».

Sr. Dr., isto para dizer o quê? O *Expresso* – e estou a falar de um jornal que, certamente, não tinha ninguém na administração do banco – escreve, já em 9 Fevereiro de 2008, esta notícia, que, depois, em Junho, o Sr. Dr. comunica do Banco Insular.

O Sr. Dr. poderá dizer: «Mas o *Expresso* teve fontes que foram em relação ao *Expresso* mais esclarecedoras que em relação a mim», e eu até posso dar isso de barato; agora, quando...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, eu não vou entrar nessa contenda, porque eu mantenho a minha e cada um mantém a sua. Está bem? A minha verdade é esta: em Fevereiro vem todas essas coisas no *Expresso*, mas eu não fiz as coisas pelos jornais, os jornais dizem o que quiserem...

E, então, ainda vou dizer outra coisa: houve uma revista, supostamente reputável, que dizia que eu financiava o terrorismo islâmico. Portanto, meu amigo... E vinha na capa da revista e não se ficava por aí... Bem, pode ser que acredite que eu seja financiador do terrorismo islâmico, mas não... E eu tive de meter uma acção e depois pediram desculpa e chegaram a um acordo. Não tinham fontes autorizadas, o que era preciso é sair e fazer sensação! Um banco não entra em jogos de sensação...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., eu tenho-o em conta como um reputadíssimo quadro deste país...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Obrigado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... e é nessas circunstâncias que aqui o chamo, e é para ajudar esta Comissão.



O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Já agora, desculpe, só mais uma coisa: sabe que, durante o meu mandato, nós chegamos ao ponto de definir, com muito custo, depois de falar com o tal *trustee*, e saber da titularidade do Banco Insular.

E sabe muito bem que o meu sucessor continuou a não acreditar que fosse titular do banco. São pontos de vista. Nós achámos que éramos e por isso comunicámos ao Banco de Portugal. A seguir, foi-nos dito que não podia ser, que não era.

Sabe disso ou não sabe?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sei, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas há dúvidas sobre isso. Eu tenho não dúvidas sobre isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., eu digo isto porquê? O Sr. Dr. perceba que as nossas dúvidas são mais do que justificadas, pelo menos as minhas.

É que o Sr. Dr. remete ao Banco de Portugal uma carta em 2 de Junho, escrevendo uma realidade material que o *Expresso* já tinha publicado em 9 de Fevereiro!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Então, pronto, olhe, se calhar, fiz mal, não devia ter dito. Devia ter dito: «olhe, refira-se ao *Expresso*, que já têm a notícia»...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, eu digo isto porquê, Sr. Dr.? Porque o Sr. Dr., entretanto, fala com o Dr. José Vaz Mascarenhas e, pronto, percebemos que o Dr. Vaz Mascarenhas não lhe comunica, e eu considero isso particularmente grave.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ele nunca me disse que o titular era a SLN. Podia ter dito, de facto, mas não disse!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E também não referiu a existência dos *offshore*: Insular Holding nem Marazion, nessa conversa?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu soube mais tarde.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., seja como for, a 12 de Março de 2008, como foi aqui já sobejamente afirmado, o BPN escreveu uma carta para o Banco Central de Cabo Verde a dizer que o BPN IFI iria adquirir o Banco Insular.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — O BPN IFI?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, que ia adquirir o Banco Insular.

E eu perguntava ao Sr. Dr. em que contexto é que isso surge, porque se o Sr. Dr. só tem materialmente condições de informar o Banco de Portugal, em 2 de Julho, da titularidade do Banco Insular, como é que, em 12 de Março, alguns meses antes, o Banco BPN comunica ao Banco

Central de Cabo Verde a intenção de o IFI adquirir o Banco Insular? O que é que estava melhor definido...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, é assim: o Dr. Mascarenhas sabia, pelas relações que tinha com o governador do Banco de Cabo Verde, que os rácios estavam todos deteriorados lá e a única forma que tinha, era dizer – e, então, pediu-me se eu podia escrever uma carta – que nós estaríamos na disposição de adquirir o banco, sujeitos, claro, à supervisão do Banco de Portugal.

Mas isso foi mais para apaziguar, como me pedi o Dr. Mascarenhas, porque eles tinham que ter qualquer conforto, porque os rácios estavam todos, perdoem-me a expressão, rebentados e tinham que, de facto, fazer qualquer coisa para mostrar que havia um apoio de um banco que pudesse comprar.

E outro facto: na mesma altura, por conversa com o Dr. Mascarenhas, ele disse que podia haver uma outra entidade que pudesse comprar. É por isso que vem aquela história de alienação a terceiros... Mas, isto foi uma conversa do Dr. Mascarenhas e eu nunca soube quem era ou podia ser o pretendente; disse que poderia haver uma terceira entidade a quem podíamos alienar e, então, isso era a melhor maneira de não importar o problema para cá.

Os activos, claro, que tinha que se tomar conta deles, porque demonstrou-se, depois, que eram activos que pertenciam ao BPN e até havia acordos de *put*, que eu só vi mais tarde também, que eram cartas em que o BPN se responsabilizava por aqueles créditos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A razão de ser desse quase privilégio do Dr. Mascarenhas e do Banco Insular numa decisão destas tem que ver com os activos que o BPN detinha...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — E que deterioravam os rácios de solvabilidade do Banco Insular em Cabo Verde.

Portanto, como isto eram, de facto, operações do BPN, como disse, depois, mais tarde, vimos que até tinha garantias que eu não conhecia, porque havia uma pasta que não estava no banco, estava fora e depois arranjei cópia dessas garantias – aliás, eu mencionei isto, aqui, na última reunião.

Portanto, a única coisa que fiz foi dizer que nós poderíamos adquirir sujeitos, naturalmente, a autorização do Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, Sr. Dr., só para precisarmos, e avançando nesta parte, a única coisa que o Sr. Dr., nesta data, não sabia era da titularidade, mas sabia, inclusivamente, tudo o que tinha que ver com aquilo que é designado como o «buraco»...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Havia operações, pronto, é isso!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o montante que estava em causa, aquilo que significava de saída do BPN para o Banco Insular, fosse através do IFI ou do Cayman, disso o Sr. Dr. teve conhecimento, então, já nessa altura?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mais tarde, mais tarde!

Nós tivemos que ver, porque não sabíamos como é que as operações eram feitas!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, mais tarde é, talvez, em Março, não Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mais tarde do que isso, em Abril, talvez.

Mas eu só peço uma coisa: posso perguntar ao Sr. Deputado qual é a relevância da data, porque eu não consigo apurar essa data como deve ser.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu vou-lhe dizer a relevância da data...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — É que se tiver alguma razão de ser, diga. Se puder dizer, diga!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A relevância da data tem que ver, por exemplo, com o documento *O estado da nação*, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Como?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A relevância da data tem que ver, por exemplo, com o documento *O estado da nação*, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, eu já lhe disse que não sei o que é o documento *O estado da nação*. Acho que não vou repetir isso outra vez. Eu disse-lhe a si que havia um documento, de facto, que apareceu e que era intitulado *SLN – A situação do Grupo*. Foi esse documento que apareceu, em fins de Abril, e que eu mandei para o Dr. Machete e, depois, pedi para fazer uma circulação restrita do documento, porque isto tem fugas importantes, e aquilo não era nada ainda confirmado.

E, portanto, eu pedi para fazer uma circulação restrita e apresentei no conselho superior, em meados de Maio, 12 de Maio ou coisa assim, mas não apresentei o documento todo, apresentei só certos *slides* para mostrar que o banco precisava de injeção de capitais.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, esse é outro dado importante, porque significa, então, que o Sr. Dr., hoje, desmente aqui o que foi dito, entre outros, por José Duarte, António Franco e accionistas, que disseram que este documento foi, na segunda versão, do conhecimento do Dr. Vakil, feito até a pedido do Sr. Dr., o que seria normal dadas as circunstâncias, e que o documento era este. É porque o documento foi exibido... Mais, Sr. Dr.: é que este documento foi enviado para cá pela SLN.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Para cá, para onde?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para cá, para a Comissão, Sr. Dr.

Esta segunda versão, que é imputada ao tempo da administração do Sr. Dr., foi enviada para cá.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, percebo agora, retrospectivamente (agora estamos a ver o filme para trás), que, de facto, havia pessoas que já conheciam esse documento no ano anterior, mas eu não conhecia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A primeira versão, sim, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, disseram que havia accionistas que já conheciam isso!

Eu não sei quantas versões é que há desse documento, nem quero saber, só sei que eu tive aquele documento, que era *SLN – A situação do Grupo*. Esse é que eu conheço, apresentei-o em 29 de Abril, entreguei-o ao Dr. Machete, pedi para fazer os *slides* circular, como disse, restritamente, por alguns accionistas, porque também não queria que fossem todos falar para os jornais e isso não era conveniente para o banco, e, no dia 12 ou 10 de Maio, quando foi o conselho superior, pedi ao António José Duarte para apresentar uns *slides* com cenários de injeção de capitais para repor os rácios.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., mas esses *slides* para reposição dos rácios – portanto, já vou para as soluções – apresentavam duas propostas para o Banco Insular, e já lá vamos para ara

tentarmos perceber, porque este é o documento que é enviado pela SLN como sendo o documento elaborado a pedido do Sr. Dr., e como o Dr. António José Duarte aqui confirmou, era rigorosamente este.

Portanto, já tivemos aqui um caso de uma pessoa que invocou uma suposta falsificação de assinatura, porque não teria assinado, apesar de lá constar a sua assinatura e, hoje, vamos ficar a saber se temos um outro documento falso ou não, enfim, por ter sido enviado por quem foi...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei do que é que está a falar!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, neste documento lê-se o seguinte: «Banco Insular – Proposta 1 – Redução do balanço. 1. Passagem imediata de todos os créditos concedidos a empresas participadas, directa ou indirectamente, pela SLN para bancos do Grupo SLN (78 milhões de euros) excluindo veículos; 2. Passagem imediata de todos os créditos concedidos a accionistas para o BPN (18 milhões de euros).

Com esta redução, associada à venda das acções SLN e SLN Valor (80 milhões de euros), o balanço do Banco Insular fica com 409 milhões de euros.

Proposta 2 – Venda do Banco Insular a terceiros» – tal qual o Sr. Dr., na carta de 15 de Maio ao Banco de Portugal, refere. Ou seja, a expressão «venda do Banco Insular a terceiros», para além da tal acta, a que já vamos, do Dr. Rui Machete, é utilizada, ainda antes disso, pelo Sr. Dr. na carta de 15 de Maio ao Banco de Portugal e consta desta redacção do documento *O estado da nação*, a segunda do tempo do Sr. Dr., e que diz



assim: «Proposta 2 – Venda do Banco Insular a terceiros. Avaliação do Banco Insular tendo por base os activos que lá ficaram, nomeadamente créditos a veículos *offshore*.

Dos 409 milhões, que estão em balanço, seria possível obtermos um valor potencial de activos, que lá ficaram, de cerca de 250 milhões, o que nos deixa duas opções: a assunção da perda de 150 milhões em balanço da SLN; a junção de um activo como os 100% da sociedade Wisteria – dona de 20% da OPI 92, de forma a que o Banco Insular pudesse ser vendido pelo seu valor de balanço.»

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas, Sr. Deputado, eu...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. não reconhece este documento. Pronto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — O senhor fica com a sua verdade e eu fico com a minha...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não é minha!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei de quem é! Só sei é que essa alienação do Banco Insular, como o Sr. Deputado me disse na última vez: «não pode vender aquilo que não é seu».

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro que não!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — São as suas palavras.

Portanto, a alienação era porque o Dr. Mascarenhas me disse que tinha uma terceira entidade, que nunca me disse quem era nem eu perguntei, que talvez pudesse alienar a essa entidade e, nessa altura, é que se falou nisso.

E, já agora, quero também afirmar o seguinte: eu sei que os senhores, numa conversa com alguém, falaram de uma acta do conselho superior, que eu por acaso não tinha...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É aí que eu vou!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas eu estou antecipar-lhe já. O que está lá...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Até quase intuo o que o Sr. Dr. me vai dizer...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Então, se o senhor tem capacidade de adivinhação, diga-me lá o que é que vou dizer, porque eu gostava. Eu sei que tem muitos dotes, Sr. Deputado, pode ser que também tenha esse. Mas diga, faz favor o que é que eu vou dizer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado.

O Sr. Dr. vai dizer, provavelmente, que o que consta da acta o Sr. Dr. não disse...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, diga!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quer ver, Sr. Dr., como vou adivinhar!

O que consta da acta, e lembro que é o Dr. Rui Machete que elabora a acta e descreve aquilo que o Sr. Dr. terá, em conselho superior, dito perante várias pessoas, e que, a dado passo, diz-se assim: «Após uma breve troca de impressões entre os Srs. Conselheiros, foi proposto que essa resposta (a carta-resposta ao Banco de Portugal) contivesse, apenas, a informação estritamente necessária, ao que o Sr. Dr. Abdool Vakil respondeu que tinha de preservar a sua credibilidade junto do Banco de Portugal, pelo que colocava o seu lugar à disposição caso a resposta não fosse completa (...)».

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — E porquê? Porque não queriam que eu informasse ao Banco de Portugal. Pronto.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — «Realçou ainda o facto de o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof. Duarte Neves, numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade a terceiros».

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, desculpe, é aí que eu queria corrigir, porque não se pode ser injusto. Não é verdade isso! Eu é que disse, não foi o Sr. Vice-Governador; eu é que disse tal como está na outra acta anterior. Disse que, eventualmente, podia-se vender a terceiros não tendo

que importar o problema e o Sr. Vice-Governador, que me ouviu, nem disse quem sim nem que disse que não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E agora que se percebe que eu, afinal, terei estes dons premonitórios, pergunto outra coisa, que estranho, Sr. Dr., e que é isto: então, isso significa que o Dr. Rui Machete, que assegurou que isto é o que foi dito, não falou verdade, e que o Sr. Joaquim Coimbra, que aqui afirmou que isto foi dito pelo Sr. Dr., também não falou verdade.

Aliás, o Sr. Joaquim Coimbra até disse que a acta, nesta arte, em concreto, reproduz aquilo que foi dito...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desculpe. Falou-se na alienação e eu disse que tinha mencionado ao vice-governador na reunião. Mas, de facto, eu não li a acta naquela altura e, para mim, é um erro que está lá, porque não foi o vice-governador que me disse, eu é que lhe disse. Apenas informei, como está na carta, aliás.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, Sr. Dr., permita-me só um momento para consultar os meus documentos.

*Pausa.*

Pois, é que, salvo o devido respeito, isso é bocadinho diferente daquilo que, inclusivamente por escrito, nos foi trazido aqui pelo Sr. Dr. Pedro Duarte Neves.

Porque o Dr. Pedro Duarte Neves, veja bem, Sr. Dr., diz o seguinte: «Deverei referir aqui uma reunião que teve lugar em Maio de 2008...» – que será a tal! – «com os membros do conselho de administração da SLN e que foi convocada por mim para esclarecimento do relacionamento do Grupo com o Banco Insular, chamando a atenção para as responsabilidades individuais de omissão de respostas ou de prestação de informações falsas e que se mostrou decisiva para a confissão final pelo Dr. Abdool Vakil de que o Grupo tinha o domínio material do Banco Insular e, mais surpreendente ainda, da existência do chamado “balcão virtual”». E, depois, diz: «No dia 4 de Junho de 2008, na sequência da surpreendente revelação da carta de 2 de Junho...».

Por que é que isto é muito importante, do meu ponto de vista, Sr. Dr.? É porque, curiosamente, nesta comunicação escrita, que o Dr. Pedro Duarte Neves faz a esta Comissão, só se esqueceu de dizer, ao que parece, que o Sr. Dr. teria transmitido, na altura, o que agora nos dá conta a propósito do Banco Insular, falando inclusivamente na possibilidade dessa venda. Mas, enfim...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desculpe, eu não fui responder ao Banco de Portugal, porque fizeram ameaças; eu sentia que era minha obrigação responder ao Banco de Portugal.

Aliás, se o Sr. Vice-Governador diz isso não sei porquê. Eu sei que fui pressionado, com certeza que fui pressionado, e sei que as pressões existiam, porque vinham de um passado, como eu disse, crispado com a administração anterior. Era natural que eles sentissem que tinham que ter progresso nessas respostas. Mas eu estou a habituado a responder às

supervisões naquilo que é preciso responder e, portanto, não preciso ser obrigado nem ser ameaçado para responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr. — só para não ficar essa dúvida —, por que é que o Dr. José Vaz Mascarenhas lhe pediu, então, essa colaboração tão relevante, no início, em Fevereiro?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Está a falar daquela do Banco de Cabo Verde?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — É porque ele estava a ser pressionado na questão dos rácios, como expliquei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E que é que o BPN tinha a ver com o Banco Insular? Se até era o BPN que transferia o dinheiro para o Banco Insular — e isso está mais do que demonstrado aqui —, se o dinheiro dos depositantes do BPN saía, através do IFI e saía através do BPN Cayman, para o Banco Insular e, depois do Banco Insular, nuns casos, sabe e, noutros casos, sabe Deus para onde, o que é que o Dr. José Vaz Mascarenhas tinha que ir ter com o BPN a dizer: «Resolvam-me lá o problema!... Então, se o Banco Insular era, precisamente, o beneficiário do dinheiro dos clientes, que saiu do BPN... Eu só pergunto. porque não percebo, Sr. Dr..

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu, agora, não lhe posso responder a essa pergunta. Só sei que, naquela altura, tive que concordar, porque ele estava a ser apertado pelo Banco Central de Cabo Verde.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Sr. Dr. não estranhou, sequer?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Diga?

Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que eu estranharia e diria: o que é que o senhor cá vem fazer, que é que eu tenho a ver com isso?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Tem a ver porque havia operações que o BPN fazia com eles. É só isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., mas operações com vantagem para o Insular! O BPN é que lá tinha o dinheiro! Se fosse ao contrário, se fosse o Insular a pôr o dinheiro no BPN e o BPN, porventura, não pagasse ao Insular, ainda se compreenderia ele dizer: «olhe eu estou com problemas, estou a ser pressionado pelo Banco de Cabo Verde, faz favor de devolver o dinheiro que emprestei, porque me faz cá falta!». Agora, é exactamente o contrário, o circuito é o inverso, é o BPN que lá põe o dinheiro e precisa do dinheiro do Insular.

Enfim, não faz sentido, mas o Sr. Dr., porventura, na altura, não intuiu. Não sei, não importa.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — O Sr. Dr. referiu na anterior audição em que esteve aqui presente que parecia estabelecer uma diferença, quase procedimental, entre aquilo que se passava no BPN e o que se passava no Efisa.

O Sr. Dr. disse: «Atendo-me aos objectivos da presente Comissão, devo assinalar que duas das mais importantes alterações à gestão do Grupo SLN, que procurei implementar, consistiram em mudar o paradigma de relacionamento com as entidades de supervisão: Banco de Portugal e Comissão de Mercado de Valores Mobiliários».

O Sr. Dr., afirmou aqui que o Efisa era diferente do BPN e que foi o Sr. Dr. — de resto, hoje, já insistiu nesse ponto — que mudou esse paradigma.

Ora, sucede que há uma carta remetida à direcção do Banco Efisa, por tanto ao Sr. Dr. — e, depois, o Sr. Dr., se quiser, porque poderá não se lembrar dela, o que é natural, poderei mostrá-la —, pelo Banco de Portugal, de 28 de Agosto de 2008, que diz assim: «Assunto: Inspecção ao Banco Efisa, SA.

«Exmos. Senhores, na sequência da inspecção referida em epígrafe, junto se envia a V. Ex.<sup>a</sup> cópia da acta da reunião final onde foram transmitidas as principais conclusões dos trabalhos efectuados.

No âmbito das análises efectuadas, no decurso do trabalho de campo, verificou-se que a grande maioria dos *dossiers* de crédito analisados não continha elementos suficientes sobre o processo de gestão e análise de risco, o que inviabilizou a sua apreciação objectiva por parte do Banco de Portugal.



Assim, deverão VV. Ex.<sup>as</sup> promover uma revisão da totalidade da carteira de crédito no caso de persistir a ausência de elementos de informação acima referida, constituir provisões para a totalidade dos riscos em causa, dando conhecimento a este banco, no prazo de dois meses, dos resultados dessa análise».

Depois, diz mais: «Solicita-se, por outro lado, a apresentação no prazo de dois meses, de um relatório que esclareça, no âmbito das operações efectuadas com GDR – Global Depositary Reset, as dúvidas subsistem quanto aos efectivos *ultimate beneficial owners*, bem como ao efectivo cumprimento das disposições respeitantes à prevenção de operações de branqueamento de capitais».

E, à frente, diz ainda mais: «Assinalando-se, com desagrado, o facto de não terem sido cumpridas as orientações específicas anteriormente transmitidas a VV. Ex.<sup>as</sup> sobre o assunto».

Mais: «Solicita-se igualmente o envio, no prazo de 15 dias, de um ponto de situação sobre as deficiências de controlo interno, identificadas nos pareceres da SROC sobre o relatório de controlo interno 2007.

Não queremos ainda de deixar de chamar especial atenção de VV. Ex.<sup>as</sup> para a demora verificada na entrega dos elementos solicitados no decurso da inspecção, assinalando-se, inclusivamente, que, na presente data, continuam por apresentar diversos elementos por nós solicitados».

Ora bem, Sr. Dr., e agora....

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — E onde é que o Sr. Deputado quer chegar com isso, desculpe?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quero chegar com isto à tal mudança de paradigma.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Diga?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quero chegar com isso à tal mudança de paradigma, ou seja, se, desse ponto de vista, o que sucedia, porque o Efisa era SLN...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, agora já nem é, desculpe!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era à data. Estamos a reportar a esta data...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — À data era, agora não!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estamo-nos a reportar a esta data.

E, então, o Sr. Dr. o que é que diz? Diz: eu chego ao BPN, comigo há uma mudança de paradigma, não eram prestadas informações ao Banco de Portugal e eu fiz com que passassem a ser prestadas informações ao Banco de Portugal.

Mas a verdade, Sr. Dr., é que em relação ao Efisa, o Banco de Portugal queixava-se basicamente daquilo de que se queixava em relação ao BPN, nesta parte.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu peço desculpa, Sr. Deputado, eu não lhe admito que faça críticas dessas ao Efisa, está bem?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, porque eu pergunto...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, peço desculpa, eu não lhe admito isso.

Eu estou a dizer-lhe que nós fomos cumpridores. De vez em quando, com certeza, que há atrasos e levamos a reguada, como se diz, do professor, mas não compare o Efisa com o BPN. Não lhe admito isso, Sr. Deputado! Desculpe.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Dr., vamos cá ver uma coisa: o Sr. Dr. pode não admitir...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Até porque, nesta altura, já está tudo resolvido. Isso foi a 28 de Agosto, com certeza, mas já passou. Portanto, desculpe, mas isso eu não lhe admito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. pode não admitir o que quiser, mas há uma coisa que o Sr. Dr. não me retira a mim,...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Pode continuar a falar, com certeza!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... é a capacidade de avaliar aquilo que, de alguma forma, me chega e que me permite precisar,

em termos de procedimentos, o que, do meu ponto de vista, pode ou não ser uma forma, melhor ou pior, de funcionar da banca. Só isso.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, sim senhor!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O que eu aqui digo, ou melhor o que o Banco de Portugal aqui esclarece é isto. E o Sr. Dr. veja bem que eu não fiz interpretação, eu li e, se o Banco de Portugal diz isto, é o Banco de Portugal que o diz e não sou eu.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Está bem, pronto, muito obrigado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu é que agradeço.

Sr. Dr., queria perguntar-lhe também se nos pode explicar o âmbito dos pagamentos ao Sr. Alejandro Agag, enfim, que constam de correspondência, trocada com o Eng.º Francisco Sanches, que lhe vou ler Sr. Dr....

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não vale a pena ler, diga-me o que é que pretende, que eu respondo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, se não quer que leia, não leio.

No âmbito dos pagamentos ao Sr. Alejandro Agag...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Acha que é relevante ler, leia, Sr. Deputado!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, não, não é Sr. Dr.

Ó Sr. Dr., não se zangue comigo, eu só estou a tentar obter informações. Se o Sr. Dr. quiser, eu até calo-me já e não pergunto mais nada! É isso que o Sr. Dr. quer?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, quem sou eu para mandar calar um Deputado? Desculpe.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, não quero que o Sr. Dr. se sinta incomodado. Não quero estar a violentá-lo na ajuda que o Sr. Dr. pode dar a esta Comissão.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Diga!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Agora, enfim, gostava de tentar perceber informações que me parecem relevantes e, desde logo, o relacionamento do Sr. Alejandro Agag, que foi por si trazido para o BPN, não é verdade?...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, neste ponto, trata-se de correspondência trocada pelo Sr. Dr. com o Eng. Sanches, a propósito do

pagamento de comissões ao Sr. Agag, como, por exemplo, em relação àquilo que o Banco Efisa pudesse dar de apoio à EDP e a estratégia de posicionamento da eléctrica portuguesa no mercado ibérico.

Se me puder esclarecer...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A única coisa que posso esclarecer é o seguinte: A EDP foi meu cliente num determinado negócio. E, nesse negócio, como se dava em Espanha, e eu sabendo que o Sr. Agag – não sei se como avençado – estava ligado ao Grupo como assessor, achei que devia aproveitar um senhor que estava lá para me dar o apoio. E combinámos com eles e pagou-se a *fee* por ele ter conseguido o negócio.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto. Isso, curiosamente, é, mais ou menos, contraditado pelo *e-mail*, mas, enfim... É que no *e-mail* o Sr. Dr. diz: «Estive esta tarde com o Alejandro Agag e fiquei algo surpreendido quando ele me disse que lhe teria sido dito pelo presidente que não há que fazer nenhum trabalho para a EDP. Que o pagamento é devido para pagar determinadas coisas de Porto Rico, etc.». Isto é o Sr. Dr. quem diz.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Porto Rico! Eu? Eu disse isso?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., é um *e-mail*!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desculpe, eu não sei quem é que inventou essa, mas Alejandro Agag, para mim, não tem nada a ver com Porto Rico!

Se querem, à força, que faça parte de Porto Rico, é com vocês, comigo não é! Peço desculpa. Porto Rico não tem nada com o Alejandro Agag. Só se tinha com o Eng. Sanches, mas comigo não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isto é só uma troca de correspondência que poderá não ser... Depois, à margem desta Comissão posso mostrar-lhe, se o Sr. Dr. quiser e verá.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas nem tudo que se escreve é verdade! Portanto, peço desculpa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Dr., isto, supostamente, teria sido uma comunicação entre o Sr. Dr. e o Eng.º Sanches a este propósito?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu não posso ter falado em Porto Rico com o Agag, porque o Agag nunca tratou nada de Porto Rico comigo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois, exactamente, o Sr. Dr. manifesta surpresa por isso!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ele tratou de uma coisa em Espanha, de uma empresa de electricidade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas o Sr. Dr. manifesta surpresa por isso e estamos de acordo.

Aliás, o que o Sr. Dr. que diz é: «Estive esta tarde com o Alejandro Agag e fiquei algo surpreendido quando ele me disse que teria sido dito pelo presidente que não há que fazer nenhum trabalho para a EDP. Que o pagamento é devido para pagar determinadas coisas de Porto Rico». Portanto, isto coincide.

De facto, o Sr. Dr. achava que era por causa da EDP, mas ele, porventura, teria pedido qualquer coisa de Porto Rico.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não conheço isso nesse contexto, peço desculpa, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto, não conhece, não conhece!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Nesse contexto, não conheço. Que houve, de facto, remunerações para ele, em trabalhos que ele fez para nós, em Espanha, sim, agora, Porto Rico, não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem, Sr. Dr.

Sr. Dr., já agora, pedia se nos pode explicar a criação, a função e especialmente a utilização do Taib Bank Suisse no âmbito do funcionamento do BPN.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não se chegou a fazer nada. Era só um projecto. O Taib Bank, que eu conheço, porque tinha relações com eles já há muitos anos, tinham e têm ainda um banco na Suíça, que estava



desactivado e, na altura, no *Private Banking* do BPN, falou-se numa hipótese de se fazer uma parceria com eles, mas, depois, não se chegou a fazer nada.

Evidentemente que se chegássemos a fazer parceria, tínhamos que despoletar o processo de autorização com o Banco de Portugal, mas, de qualquer maneira, estava a analisar-se a questão e não se chegou a nada.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas terá havido, supostamente, enfim, isto resulta da comunicação que, neste caso, será Sr. Mahomed Iqbal...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — O Dr. Mahomed Iqbal é um colega meu da administração.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... com o Eng.º Francisco Sanches, exactamente a propósito dessa troca de correspondência para o Banco de Portugal e terem sido retiradas as referências ao BAI e a investimento num banco em Miami.

O Sr. Dr. tem conhecimento?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, isso é outra coisa, desculpe.

Havia e há um banco em Miami que o Grupo teve interesse em adquirir em parceria com o BAI. Isto também não tem nada a ver com outra coisa, tem a ver só com o *Private Banking*.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — E, depois, também não se fez e, portanto, nem se chegou a pedir nada ao Banco de Portugal, porque era um negócio que não se iria realizar. Acho que foi por causa do preço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A minha confusão tem só que ver, porque os dois assuntos são tratados na mesma correspondência onde é também tratada a questão dessa sociedade suíça, denominada como Credit Corp, SA, que passou, a partir de 1997, a ser denominada Taip Suisse, de que o BPN pretende adquirir uma participação de 50% ficando o Taip com igual participação.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, mas não se chegou a fazer nada porque, não quiseram prosseguir com o negócio.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ou seja: «Seria feita pela SLN Madeira SGPS, SA, detida a 100% pelo BPN Participações Financeiras SGPS, SA, ficando assim no perímetro de consolidação desta última para efeitos de supervisão do Banco de Portugal».

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, os pormenores não sei, só sei que isso foi falado como um projecto do BPN para o *Private Banking*, mas não se chegou a fazer nada e o outro, como eu disse, de Miami era também uma aquisição que teríamos, essa já era em parceria com o BAI para também servir clientes do *Private Banking*, mas, depois, também não se

chegou a fazer nada e aí nem começou negociação nenhuma, porque o preço não agradou ao presidente do Grupo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. é capaz de nos esclarecer o processo de aquisição do Efisa pelo BPN e, neste contexto, o papel de um *offshore* que se chama Ratbond.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, nem tudo o que é estrangeiro é *offshore*. Ratbond é um *trust*, muito respeitável, de Inglaterra e com um escritório na Suíça. E eu, quando fiz o meu primeiro investimento em Portugal, quando regressei de Londres, fi-lo através do Ratbond Trust, que não tem nada com *offshores*. Eles, depois, têm *offshores*... Mas apareceu com Ratbond e aconteceu que o Banco de Portugal quis saber o que era e ficou lá, no arquivo do Banco de Portugal, um documento a mostrar que a Ratbond estava a servir os meus interesses.

Respondi à pergunta?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, sim, Sr. Dr. É que a informação que me foi dada, e daí a vantagem também destas audições, é que seria um *offshore*.

Agora, a última questão, Sr. Presidente, e porque, enfim, a supervisão ainda cá virá, o Sr. Governador do Banco de Portugal terá essa oportunidade, mas há um aspecto importante que tem de ficar aqui rigorosamente esclarecido: o que o Sr. Dr. terá dito ao Dr. Pedro Duarte Neves na reunião que teve com ele e, por último, saber se o Dr. Rui

Machete, na aprovação destas actas, eventualmente, costuma ou não enviar as minutas para avaliação do seu conteúdo.

E a última questão que agora coloco, Sr.<sup>a</sup> Presidente, é que não sei ainda se me inscrevo para uma segunda ronda ou não, pelo que ficava por aqui.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Quanto ao Prof. Duarte Neves, não percebi muito bem qual a pergunta que fez...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, o que eu quero dizer é que aqui ficou esclarecida a conversa tida em Maio com o Sr. Vice-Presidente da supervisão acerca desses problemas que estavam pendentes, nomeadamente em relação ao Banco Insular.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bom, o que o Prof. Duarte Neves fazia era, é o papel dele, insistir para que acelerássemos o processo de modo a chegarmos a conclusões definitivas sobre o Insular. É só isso.

Quanto à questão do envio das minutas, por parte do Dr. Rui Machete, de facto, eu, aí, *mea culpa*. As actas eram circuladas e eu, se calhar, não reparei naquele pormenor. Foi isso!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, Sr. Dr., era só para precisar, de facto, mas o que é que o Sr. Dr. transmite, efectivamente, ao Prof. Pedro Duarte Neves a propósito do Banco Insular?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Foi isso que eu disse...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. disse que ele insistiu, mas, concretamente, o que é que lhe disse.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Como sabe, as nossas conversas eram sempre a insistir pelas respostas que estavam atrasadas. Isso era um tema que, quando nos encontrávamos ou quando vinha um telefonema, vinha sempre ao de cima: «quando é que responde às coisas que é preciso fazer. É preciso responder a tudo que está pendente!...». Isso é verdade!

Foi o que eu fiz durante aquele tempo todo, mas tive muita dificuldade, porque nos vários interlocutores, com quem tinha de me relacionar, havia muita resistência, era muito difícil. Até o homem, que fazia o lugar de reporte à supervisão, coitado dele, porque, de facto, ele não tinha tudo, não lhe davam as coisas... E houve pessoas que passaram por aqui, que agora dizem que sabiam tudo, mas, a mim, não me disseram e sentavam-se à minha frente quase todos os dias.

Portanto, meu amigo, é assim.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Boa tarde, Sr. Dr..

Gostaria de começar por lhe perguntar se conhece o Sr. El-Assir.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Vi-o uma ou duas vezes, talvez.

O Sr. João Semedo (BE): — Foi o Sr. Dr. que apresentou o Sr. El-Assir ao Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu?

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a perguntar.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, ele é que mo apresentou a mim. Disse para eu o receber, porque queria falar de um assunto qualquer.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. pode esclarecer qual foi o seu papel, enquanto administrador, na concessão dos financiamentos ao Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Zero!

O Sr. João Semedo (BE): — E essa conversa com o Sr. El-Assir não deu em nada, quer dizer, não tinha substância? Isto porque acabou de me dizer que o Dr. Dias Loureiro lhe tinha apresentado o Sr. El-Assir para com ele conversar sobre um assunto...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — ... e eu presumi que esse assunto fosse, enfim, qualquer operação financeira, de financiamento ou outra coisa

qualquer. E o Sr. Dr., agora, disse, não, não tive papel nenhum nessas operações.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não tive porque eram uns projectos um bocado megalómanos e eu disse ao presidente do Grupo que aquele negócio, para mim, não servia. E disse também o que eu pensava do Sr. El-Assir, que não vou dizer agora aqui, mas isso, depois, foi feito noutras sedes, não foi comigo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., mas o conselho de administração, tanto quanto já nos foi dito aqui, discutiu, várias vezes, operações propostas pelo Sr. El-Assir, como também discutiu, várias vezes, a regularização dos créditos, das responsabilidades do Sr. El-Assir junto do banco, naturalmente responsabilidades não cumpridas.

O Sr. Dr. participou nessas discussões ou não?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A primeira coisa que queria esclarecer é que, quando o Sr. El-Assir foi falar comigo, era mais como presidente do Efisa. De facto, o Dr. Oliveira e Costa pediu-me para o receber, no âmbito do Efisa, para ver o que é que se podia fazer por ele, por isso é que eu disse que não havia nada a fazer com ele.

Quanto a créditos concedidos a ele, de facto, não assisti a nenhuma concessão de crédito, a nível do conselho. Depois, falou-se, mais tarde, no processo de recuperação. Isso é verdade, isso ouvi no conselho.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr., desculpe a minha insistência, porque já não estou a perceber bem: mas o foi o Dr. Dias Loureiro ou o Dr. José Oliveira e Costa que lhe pediu para falar com o Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, quem me pediu foi o Dr. Dias Loureiro, mas deve ter sido com a indicação do Dr. Oliveira e Costa, presumo.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. acabou de dizer que foi o Sr. Dr. Oliveira e Costa que lhe pediu para receber o Sr. El-Assir, porque queria fazer umas operações quaisquer e que o Sr. Dr. José Oliveira e Costa sugeriu que isso, eventualmente, pudesse ser feito a partir do Banco Efisa, que era o banco a que o Sr. Dr. presidia.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a ficar confundido, porque, afinal de contas, não percebi se foram os dois, se foi só um.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se calhar, foram os dois, Sr. Deputado.

Eu sei que quem falou directamente comigo foi o Dr. Dias Loureiro e julgo que por indicação do Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. João Semedo (BE): — E, ainda relativamente a estes financiamentos do Sr. El-Assir, diga-me outra coisa: o Sr. Dr. teve alguma intervenção na tentativa de regularizar os créditos do Sr. El-Assir?



O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A única coisa que aconteceu foi uma hipótese de venda do crédito a uma entidade do Médio Oriente. Mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — E essa entidade qual é, por favor? É a Tadco?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — É a Tadco, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — E por que é que não se concretizou essa possibilidade?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei, porque só os apresentei. Houve coisas que eles desenvolveram com advogados e mais não sei quê, e sei que, depois, acabaram por não realizar a operação.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr., nessa altura, já era presidente do BPN?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, é muito anterior a isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, Sr. Dr., diga-me o seguinte: mas a sociedade de que agora falou, é do mesmo proprietário que o Banco Taib?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A Tadco não é detida pelo Taib. São accionistas do Taib que têm essa, hoje em dia, chamada *family office* onde eles têm, de facto, vários investimentos. Por acaso até acontece que o Banco Efisa é o banco de custódia de um portfólio que eles têm e que não tem nada a ver com Portugal, é um portfólio de acções que eles têm na Índia e qualquer coisa, num país do Golfo. Portanto, eles têm custodiado aqui no Banco Efisa.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, o objectivo dessa sociedade era comprar o crédito malparado do Sr. El-Assir, libertando o banco desse problema?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., deixe-me perguntar-lhe – e espero que não leve a mal a pergunta: isto não seria mais uma operação ilusória para «limpar» a conta?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se é ilusória ou não, isso não sei. A mim só me foi pedido se arranjava alguém do Médio Oriente para fazer isso e eu lembrei-me, de facto, de falar com o Taib Bank, eles tinham a Tadco, pulos em contacto e mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe, mas isso era para fazer o jeito ao Sr. El-Assir ou para fazer o jeito ao banco que tinha este crédito malparado?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso foi-me pedido pelo Dr. Oliveira e Costa e eu, apenas arranjei a Tadco para fazer essa operação que, depois, não se concluiu.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, ó Sr. Dr. e por que é que o Dr. José Oliveira e Costa pretendia fazer isto?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A venda de créditos pela banca é normal.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu sei que é normal. Mas, digamos, que nem todos os clientes se chamam El-Assir e é por isso que pergunto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se é El-Assir ou não, isso não sei. Só sei que me pediram e eu arranjei. E, depois, não chegaram a acordo. E pronto, foi isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Quando o Sr. Dr. assumiu a presidência do conselho de administração do banco, teve alguma preocupação relativamente a estes créditos malparados do Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu, directamente, não. Sei que o conselho se debruçou várias vezes sobre esses problemas. Isso é da área de crédito.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas já na sua presidência.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim!

O Sr. João Semedo (BE): — Mudando de assunto, gostava de lhe perguntar, ainda no âmbito deste assunto El-Assir, o seguinte: o Sr. Dr. foi membro do conselho de administração do BPN, julgo que desde de 2004, mais coisa menos coisa, deve ter sido por aí.

Há pouco perguntei-lhe se o Sr. Dr. tinha assistido a algumas discussões sobre financiamentos ao Sr. El-Assir e o Sr. Dr. disse-me que não, disse que tinha tido conhecimento, apenas, de tentativas posteriores de regularização do crédito.

E sobre discussão de comissões exigidas pelo Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se tinha conhecimento? Não, estou a dizer-lhe que nunca lidei directamente com o El-Assir, senão naquela conversa que tive com ele e que não teve nenhum seguimento.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, Sr. Dr., creio que sabe, e seguramente que sabe, porque, se nós todos sabemos, o Sr. Dr. seguramente também sabe, que o Sr. El-Assir teve um papel importante na venda da Redal à Vivendi?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sei. Quer dizer: eu sei porque o Dr. Dias Loureiro me contou que a ligação dele, acho, começou nessa altura na Redal.

O Sr. João Semedo (BE): — E é ou não verdade que, em função desse papel, foram pagas comissões ao Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Como? Comissões?

O Sr. João Semedo (BE): — Em função desse papel desempenhado pelo Sr. El-Assir, foram-lhe ou não pagas comissões?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. nunca assistiu, no conselho de administração, a uma discussão sobre a operação de venda da Vivendi à Redal que estaria condicionada pela exigência do Sr. El-Assir em receber um determinado valor de comissões? Nunca assistiu a esta discussão?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desculpe, deixe-me só dizer que há uma confusão muito grande, no Grupo, entre BPN e SLN. Eu sei que, constantemente, se confundem e que o administrador...

O Sr. João Semedo (BE): — Eu não estou a fazer confusão!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, é que o negócio da Redal, tanto quanto eu saiba, foi da SLN. E o Sr. Dr. Dias Loureiro era administrador da SLN e não do BPN.

Portanto, passou-se noutra fórum e eu não tenho nada a ver com isso, eu não era administrador da SLN.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. não tem conhecimento de nenhuma exigência ou de nenhum pagamento de comissões ao Sr. El-Assir pelos seus bons ofícios?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não tenho conhecimento, mas não me surpreende que ele tenha pedido comissões para um negócio em que entrou. Isso é normal! Mas eu não sei.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., mudando de assunto, e voltando ainda às relações com o Banco de Portugal e às questões da titularidade do Banco Insular – e vou fazer uma pequena introdução, só para situar exactamente o problema – queria perguntar-lhe o seguinte: em determinada altura, é ou não verdade que o Sr. Dr. escreveu uma carta, dirigida ao Banco Central de Cabo Verde, onde declarava a intenção de adquirir o Banco Insular?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Peço desculpa, eu já esclareci o seu colega que, de facto, escrevi a carta a pedido do Dr. Mascarenhas. Foi a discussão que tivemos há minutos... Eu não me importo de repetir, mas...

O Sr. João Semedo (BE): — Eu sei, Sr. Dr.. É que, para mim, o assunto ainda não está claro.

Desculpe-me a pergunta, mas pergunto-lhe: em que é que se baseou? Quer dizer, escreve-se uma carta, que, lida no seu formalismo,

exclui o reconhecimento da propriedade. Se eu digo a uma entidade que quero comprar, estou a dizer que o que quero comprar não é meu.

Estou a falar claro?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Nós não sabíamos sequer se era ou não era.

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mais tarde é que viemos a saber.

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente. Mas, Sr. Dr., desculpe, o que é que, entretanto, aconteceu, o que é que o Sr. Dr., entretanto, conheceu para reconhecer a titularidade do Banco Insular?

Vou dizer-lhe, muito francamente, o que penso sobre isso. Não é por acaso que o Dr. Miguel Cadilhe e a sua equipa resistiram a reconhecer essa titularidade, porque reconhecer essa titularidade, era reconhecer um dos mais graves problemas da saúde financeira do Grupo. E por que é que reconheceram? Tenho aqui um conjunto de documentos, e, como o Sr. Dr. sabe, eu não sou perito nestas matérias, não sou jurista sequer, mas, enfim, lendo estes documentos, tiro a conclusão de que o Banco Insular é propriedade de quatro ou cinco pessoas, individualmente consideradas.

Ora, reconhecer a titularidade do Banco Insular, desculpe que lhe diga, Sr. Dr., objectivamente é um enorme favor que se faz a essas pessoas, um enorme favor, como é evidente!

E eu pergunto-lhe se, nesse reconhecimento, não pesaram as relações pessoais que o ligam, nomeadamente ao Dr. Mascarenhas. Desculpe fazer-lhe a pergunta com toda esta franqueza, mas não me parece que haja muitas outras explicações possíveis.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desculpe, Sr. Deputado, mas está a querer dizer que eu estive a fazer um favor ao Dr. Mascarenhas? À custa de uma instituição?

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a perguntar-lhe.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, é o que está a dizer, peço desculpa!

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a perguntar-lhe.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu nem admito que me digam coisas dessas porque está a insultar-me! Peço desculpa. Eu não faria uma coisa dessas porque isto é eticamente incorrecto.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., não fiz a afirmação...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mesmo que aquilo rebentasse com o banco, se tem que fazer a compra e se tem que reconhecer que é, tem que ser mesmo. A verdade é essa. Portanto, eu não sei o que é que o Dr. Cadilhe... Se acha que ele tem razão..., eu não vou discutir aqui coisas do Sr. Dr. Cadilhe.



Só sei é o seguinte: nós fomos, nessa estrada tortuosa, até chegar ao ponto em que havia a tal Marazion e não mais não sei quê... Alguém me deu pista e me disse assim: «Talvez o *trustee* diga quem é o dono. E nós escrevemos para o *trustee* e veio a resposta a dizer que a SLN SGPS é que era a beneficiária última. O que é que queria que eu fizesse? Dissesse: não, senhor, são aqueles quatro senhores!?!...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., vamos lá ver nos entendermos. Eu não fiz a afirmação, fiz a pergunta, e fiz a pergunta porque – e o Sr. Dr. sabe-o melhor do que eu – esta história do BPN/SLN está repleta de maus negócios, de grandes prejuízos, apenas para ajudar, colaborar, chame-lhe o que quiser, alguns amigos.

Portanto, o Sr. Dr. não se ofenda, porque eu não pretendi ofendê-lo, mas acho que é plausível que isso possa ter acontecido e, portanto, estou a perguntar-lhe, porque o Sr. Dr. ainda não deu uma prova cabal, objectiva, de que é que o levou assumir a titularidade do Banco Insular? O que é que foi em concreto? É porque os documentos demonstram que aquilo é uma propriedade de quatro pessoas, uma das quais é o Dr. José Mascarenhas.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas parece que o Sr. Deputado está a querer dizer que eu, à força, quis que aquilo fosse nosso. A evidência era aquela! A titularidade era, de facto, SLN SGPS, eu não conheço outra e, portanto, nem é BPN: é SLN-SGPS.

Perante isso, o que é que o Sr. Deputado faria?

O Sr. João Semedo (BE): — Aqui, no caso concreto, o sentido das perguntas é um pouco ao contrário, mas, seja como for, no diálogo, poderemos responder a essa sua interrogação.

Mas deixe-me, então, voltar a este problema de outro ângulo. Na reunião do conselho superior da SLN, em 18 de Fevereiro, em que é aprovada a sua nomeação para presidente do Grupo, com excepção, creio eu, das sub-*holdings* da parte não financeira e, já agora gostaria que me explicasse por que é que, na cláusula da sua nomeação, é excluída a sub-*holding* não financeira, por que é que o Sr. Dr. também não foi presidente da parte não financeira? Gostaria, pois, que me explicasse isso.

Mas, o que eu queria dizer, fundamentalmente, era o seguinte: foi aprovada, nessa reunião, a necessidade imediata de convocar uma reunião com o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, em 18 de Fevereiro de 2008 – alias, eu até creio que o Sr. Dr. não esteve nesta reunião, mas estou a dizer-lhe o que vem na acta da reunião.

Na reunião do conselho superior de 10 de Abril de 2008, o Sr. Dr. anuncia que, no dia seguinte, 11 de Abril de 2008, o Sr. Dr. e o Dr. Rui Manchete iam ao Banco de Portugal.

Primeira pergunta: esta reunião, a que o Sr. Dr. anuncia que vai com o Dr. Rui Manchete, foi marcada na sequência daquilo que li há pouco, ou seja da manifestação de urgência que os principais accionistas reconheciam nessa reunião do Banco de Portugal ou foi uma outra reunião marcada por sua iniciativa, ou a solicitação do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não me posso lembrar agora qual foi o contexto.

Nós tínhamos reuniões regulares e tínhamos que lá ir falar com o Governador ou o Dr. Carlos Santos, que, naquela altura, era director da supervisão e com várias outras entidades sobre os problemas do BPN. Agora, não lhe posso precisar, nesta altura, o que é que foi aquela reunião específica.

Mas se fui com o Dr. Rui Machete é porque quis que ele ouvisse, como presidente do conselho superior, os problemas que nós tínhamos. E pensava eu que, depois, ele podia transmitir muito melhor aos accionistas no fórum do conselho superior dos problemas graves que havia.

O Sr. João Semedo (BE): — Nessa reunião, o Banco de Portugal falou no Banco Insular?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não posso precisar se naquela falou mas quase sempre se falava no Banco Insular... O sentido era de nós apressarmos...

O Sr. João Semedo (BE): — Quase sempre, desde quando?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desde que tomei posse. Em várias reuniões que tive, até tinha uma equipa responsável da inspecção que estava lá residente, como eu chamo, nas nossas instalações, e as perguntas eram sempre as mesmas, isto é: como é que o Banco Insular..., Quais são as operações, etc.

O Sr. João Semedo (BE): — Há, aqui, alguma coisa que não é muito compreensível. Repare: o Sr. Dr. já disse que não é verdade que o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal tenha admitido a venda do Banco Insular...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu é que comuniquei!

O Sr. João Semedo (BE): — Eu sei, eu sei.

Então, explique-me o seguinte: o Sr. Dr., na reunião de 12 de Maio, do Conselho Superior, manifesta uma enorme preocupação na resposta a ser dada por escrito a uma carta do Banco de Portugal sobre a relação do Grupo com uma entidade de Cabo Verde.

Primeiro, pergunto-lhe: por que é que a entidade de Cabo Verde ainda não era chamada de Banco Insular? Havia alguma razão para esta cautela?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não. Foi normal. Não se mencionou. Não há razão especial para isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., então, explique-me o que é que o Sr. Dr. pretendia dizer, como consta da acta do conselho superior, quando discute com os accionistas do Conselho Superior o teor da resposta a dar à carta do Banco de Portugal. O que é que a carta do Banco de Portugal perguntava?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ó Sr. Deputado, havia muitas perguntas pendentes, agora não lhe posso dizer quais.

O Sr. João Semedo (BE): — Esta era só, seguramente, sobre o Banco Insular, porque é o que o Sr. Dr. diz...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, tinha que dizer das operações que havia e que nós tínhamos tomado conhecimento. E foi aí que não gostei da resposta de que, de facto, não se podia dar a resposta naquela altura, aliás, os accionistas insistiam sempre que tinham que esperar pelo Dr. Miguel Cadilhe, porque ele havia de resolver os problemas, e eu achava que não.

Enquanto eu estava lá, e, aliás, falando com o Dr. Miguel Cadilhe, e justiça se faça, ele dizia-me ao telefone: você que está aí, Abdool, faça você! Ele foi muito correcto comigo. Ele ainda não estava lá e, portanto, achava que eu devia fazer como eu entendesse. Mas havia a preocupação dos accionistas em esperar pelo Dr. Cadilhe.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas quando é que surge o nome do Dr. Miguel Cadilhe como futuro presidente do Grupo BPN?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu já nem sei dizer quando... Sei que começaram a falar em muitos nomes, entre os quais apareceu o de Miguel Cadilhe. Mas tenho a impressão que talvez...

O Sr. João Semedo (BE): — Eu não estou a falar-lhe do — e desculpe a expressão — Totobola dos nomes para futuro presidente, estou a falar-lhe, em concreto...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Houve uns «totonomes», é verdade!

O Sr. João Semedo (BE): — Pois.

Eu estou a falar-lhe do momento em que o Sr. Dr. até já telefonava ao Sr. Dr. Miguel Cadilhe, em que já falavam telefonicamente, portanto...

É que o Sr. Dr. está a dizer-me que não pode responder, porque na altura já estava o Dr. Miguel Cadilhe e não sei quê, e ele telefonava-me e falava-me... Bom, está bem, mas a partir de que momento é que o Sr. Dr. tem a certeza absoluta que o Dr. Miguel Cadilhe é o futuro presidente.

O Sr. Abdool Vakil: — Bem, certeza absoluta, só posso dizer que tive quando ele me telefonou a dizer que já tinha aceite sujeito a umas condições...

O Sr. João Semedo (BE): — Isso foi quando, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Acho que foi nas vésperas da assembleia-geral que houve em 29 de Maio, aquela anterior à de 20 de Junho.

Antes disso, quando os accionistas diziam que tinham que esperar por ele, eu, por exemplo, nessa altura, telefonei ao Sr. Dr. Cadilhe e perguntei-lhe e foi aí que tive conversas com ele e ele me dizia que ainda

não tinha decidido e para eu fazer aquilo que entendesse melhor como presidente.

E foi mais tarde que ele me disse: «já aceitei» – e isto foi próximo da assembleia-geral de 29 de Maio. Mas como ainda tinha que acertar algumas coisas de dinheiros, portanto, ficou suspensa a sua nomeação.

É por isso é que eu digo, também, que o mandato que falo muitas vezes de 4 meses nem é 4 meses, porque começou, praticamente, em Março e, a partir de 29 de Maio, daquela assembleia, já não estávamos a fazer lá nada, porque, ao fim e ao cabo, estávamos à espera, porque a assembleia foi só suspensa naquele ponto da eleição, que passou a ser para dia 20 de Junho.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr. então, vai ter que me explicar o seguinte: no dia 12 de Maio de 2008, vou ler-lhe aqui um parágrafo da acta do conselho superior, onde o Sr. Dr. diz, a certa altura, o seguinte: «Em relação à carta sobre as relações com a entidade em Cabo Verde, referida anteriormente, só poderia responder se os Srs. Conselheiros estivessem de acordo com um *draft* de respostas que já tinha preparado para o efeito.»

Depois, no parágrafo seguinte, diz: «Após uma breve troca de impressões entre os Srs. Conselheiros, foi proposto que essa resposta contivesse, apenas, a informação estritamente necessária, ao que o Sr. Dr. Abdool Karim Vakil respondeu que tinha de preservar a sua credibilidade, junto do Banco de Portugal, pelo que colocava o seu lugar à disposição, caso a resposta não fosse completa». Isto já aqui foi referido.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Mais à frente, o Sr. Dr. queixa-se mesmo das interferências que o impediam de ter comando sobre o Grupo.

Sr. Dr., o que pretendo saber e porque isto tem que ter alguma explicação e a explicação parece-me óbvia: o Grupo teve, durante muito anos, como o Sr. Dr. certamente reconhecerá, aquilo a que o Banco de Portugal chama «uma estratégia de ocultação»...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim.

O Sr. João Semedo (BE): — ... e, nesta fase da vida do banco, discutia-se como lidar com este problema da realidade e da verdade. E, portanto, há, aqui, claramente, uma disputa sobre a divulgação da verdade e o que eu queria saber, Sr. Dr., era quem é que se opunha à divulgação da verdade e da informação completa ao Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, eu não vou dizer nomes, mas...

O Sr. João Semedo (BE): — Porque sabe qual é o problema? É que, assim, passam todos por santos quando não há só santos nesta história, pelo contrário, há muitos pecadores!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A única coisa que posso dizer é o seguinte: Sr. Deputado, eu não vou nomear nomes, não faço isso.



O Sr. João Semedo (BE): — Peço desculpa por interrompê-lo, mas, mesmo que não nomeie nomes, diga-nos, explique-nos, esclareça-nos se sim ou não, a questão da verdade foi um motivo de controvérsia, de polémica, de divisão entre os accionistas.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, havia uma resistência de alguns accionistas e, em particular, um que me perguntava: então, você vai entregar isso ao Banco de Portugal? E eu respondia: «sim, tenho que entregar, é meu dever». Ele dizia: «não pode entregar enquanto o Dr. Cadilhe não vier», mas eu respondia: «desculpem, mas já falei com o Sr. Cadilhe e ele já me disse para eu fazer aquilo que eu entender melhor, porque eu é que sou o presidente nesta altura. E, portanto, se o senhor me disser e eu puder nomear ao Banco de Portugal que o accionista fulano proíbe, nessa altura, está bem, vou justificar isso» e ele respondeu: «Não, isso não».

Portanto, isto era um dos accionistas entre alguns. Mas também havia pessoas, que eu não vou dizer nomes também, que eram quadros e assessores, etc., que andaram a fazer – desculpem o termo – o jogo, porque não voluntariavam as informações que eu precisava. E essas mesmas pessoas vieram aqui dizer que já era do conhecimento soberano e já conheciam há não sei quantos anos... Então, por que é que não me disseram? Isso é que me espanta. Mas, pronto, mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem, Sr. Dr.

Então, continuando, numa das suas intervenções no conselho superior, o Sr. Dr. identifica como uma das necessidades a identificação dos titulares das *offshores*...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — ... os chamados UBO, e não digo o nome todo, porque é mais difícil do que dizer externoclasto mastoideu, e, portanto, pergunto-lhe: o Sr. Dr. conseguiu fazer esta identificação, pelo menos das principais *offshore* ou, também, foi impedido, exactamente como foi impedido, segundo as suas palavras, de fazer uma auditoria externa à situação do Grupo e do banco.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu já tinha dito que fui inibido de tomar qualquer providência. Aliás, uma das coisas que eu gostava de ter feito era uma auditoria mas estava-me vedado fazer qualquer coisa que fosse alteração; era só manter o *status quo*, digamos assim, até vir e – desculpem o termo – mas o «Messias».

Portanto, continuei assim, forçado um pouco, e fiz com a prata da casa o que fiz: indagar, saber as coisas e essas *offshore* que, depois, acabei por constatar que detinham até acções da SLN, portanto, acções próprias porque eram veículos detidos pela própria SLN, foi assim que fiz naquela carta que sabem, vai um anexo com várias *offshore* detentoras de 4,90 e não sei quantos, e, até para isso, arranjei, juntamente com outro colega, uma hipótese de vender as acções a um banco estrangeiro, que estava disposto a comprar e a pagar um preço, que até achava generoso mas

pagava. Depois, os accionistas, em pleno conselho superior, negaram-se a vender, porque não queriam hipotecar o futuro, como eles diziam. E, pronto, não se vendeu.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas a minha pergunta concreta era a seguinte: conseguiu ou não fazer a identificação dos titulares destas sociedades *offshore*?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, tanto que reportei ao Banco de Portugal.

O Sr. João Semedo (BE): — Era essa a minha segunda pergunta.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim, vai escrito na carta.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas não conseguiu alcançar o *score* da equipa do Dr. Miguel Cadilhe, que identificou, creio, 94 ou 95 *offshore*.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, eu não estou em competição com o Dr. Cadilhe...

O Sr. João Semedo (BE): — Não, não é isso!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ele fez aquilo que achou e eu fiz aquilo que achei que podia fazer e que fiz o máximo que pude. Não estou em competição com ele, nem me interessa.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr. a pergunta não era nesse sentido. A pergunta era para perceber quantas é que, num curto período de tempo que dispôs, quantas sociedades *offshore* é que o Sr. Dr. identificou e os respectivos titulares.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, foram várias. Agora não me lembro quais são mas as principais foram detectadas. É claro que sabe que o universo das empresas *offshore* eram muitas, centenas. Mas se for ver bem, numa análise 80/20, as mais importantes foram aquelas que foram identificadas antes.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem.

Então, mudando de assunto e aproximando-me do fim, queria perguntar-lhe o seguinte: o Sr. Dr. sabe qual foi o motivo que levou o Dr. Luís Caprichoso a deixar o Grupo?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A deixar o grupo? Não, eu sei que foi uma desavença qualquer com o Dr. Oliveira e Costa, mas não acompanhei isso.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas deixe-me fazer-lhe a pergunta de uma outra forma: o Dr. Luís Caprichoso tinha um poder real no Grupo?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, era o braço direito dele.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem.

Se eu chegar hoje a casa sem o braço direito, alguém me vai perguntar: quem é que te arrancou o braço direito? Como é que perdes-te o braço direito.

O Sr. Dr., que foi administrador durante tantos anos, que trabalhou tantos anos com o Dr. José Oliveira e Costa, que trabalhou, digamos, com a sua equipa, não teve curiosidade, não se apercebeu, não teve curiosidade em saber por que é que o Dr. Luís Caprichoso entrou em conflito com o corpo do braço direito?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, primeira coisa: o Dr. Caprichoso era da SLN e não do BPN. Houve uma altura que percebi que eles tinham chegado a um acordo e que ele ia embora. Mas isso aconteceu com várias outras pessoas e, depois, há sempre conversas de corredor dizendo que ele se tinha ido embora e que lhe havia sido dada uma indemnização, etc., Mas as razões não sei.

Agora, retrospectivamente, posso perceber que houve, talvez, umas desavenças, coisas que ele não concordava ou uma coisa assim... Não faço ideia.

O Sr. João Semedo (BE): — A única diferença é que, de facto, houve muitas saídas de administradores, isso é verdade, mas nem todos eram o braço direito e, sobretudo, nem todos receberam uma tão elevada indemnização como a do Dr. Luís Caprichoso.

Bom, a outra pergunta que lhe queria fazer era a seguinte: o Sr. Dr. conviveu, em determinado período de tempo, no conselho de administração, com o Dr. António Franco?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Com o Sr. António Franco, sim. E o Sr. António Franco era o homem das operações antes de ser administrador.

O Sr. João Semedo (BE): — E o Sr. Dr. teve conhecimento de que entre ele e o Dr. Oliveira e Costa, em determinado momento, também houve um problema?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se houve um problema?

O Sr. João Semedo (BE): — Eu estou a perguntar!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei. Isso não sei.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. nunca teve conhecimento de umas declarações de responsabilização assinadas pelo Dr. José Oliveira e Costa e também pelo Dr. António Franco, subscritas em defesa e em protecção da equipa de operacionais, assumindo, o Dr. José Oliveira e Costa e o Dr. António Franco, a responsabilidade sobre todas as operações feitas, nomeadamente as feitas através do Banco Insular, pela equipa do António José Duarte, Manuel Peixoto, Ricardo Pinheiro e, também, do próprio António Franco?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não. Só sabia que havia este grupo do Sr. António Franco e mais quatro pessoas que eram muito próximas umas das

outras e que trabalhavam muito próximo do Dr. Oliveira e Costa. Mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, Sr. Dr., o próprio Dr. António Franco não escondeu, aqui, que a partir de determinado momento tinha ele próprio manifestado junto de alguns accionistas a sua preocupação pela forma como o Banco estava a ser conduzido e, relativamente a algumas situações menos claras, menos regulares da própria actividade bancueira do Grupo. O Sr. Dr. não tomou conhecimento?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não. E, estranhamente, também não me disse, quando fui presidente, o que é que lhe ia no espírito. Eu não gosto de falar mal nas costas das pessoas, mas ele disse aqui, porque eu assisti aos depoimentos, que já se conhecia o Banco Insular desde 2001.

Ora bem, se já conhecia desde 2001, convivi com ele meses e também, quando ele era administrador e ele nunca disse nada. E especialmente período em que fui presidente e que andei atrás das coisas, se ele sabia podia ter-me facilitado a vida, não é?

O Sr. João Semedo (BE): — Sem dúvida que sim.

Sr. Dr., já agora, uma outra pergunta: o Sr. Dr. alguma vez ouviu falar no chamado Banco Privado de Desenvolvimento?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não me estou a lembrar desse nome. Onde é que esse banco, desculpe?

O Sr. João Semedo (BE): — É que tenho aqui uma carta dirigida por um escritório de advogados ao Dr. José Vaz Mascarenhas onde se diz o seguinte: «Assunto: Anuidade – Banco Privado de Desenvolvimento, SA Ex.<sup>mo</sup> Senhor Dr. José Mascarenhas, Com a apresentação dos meus melhores cumprimentos...» – fica sempre bem dizer estas coisas – «conforme instruções do Dr. Miguel Henrique, anexo *e-mail* referente ao assunto em epígrafe.

Aguardamos as vossas prezadas notícias, com a maior brevidade possível.». O assunto em epígrafe é a renovação de uma licença de funcionamento em Cabo Verde, junto do BPN IFI, de um banco chamado Banco Privado de Desenvolvimento, que tinha uma licença de funcionamento e que era preciso renovar.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não conheço.

O Sr. João Semedo (BE): — E agora digo-lhe qual foi a decisão do Dr. José Vaz Mascarenhas ou de qualquer outra pessoa, em nome do Dr. José Vaz Mascarenhas, que diz assim: «não se renova a matrícula da sociedade Banco Privado de Desenvolvimento SA porque, no limite, trata-se de uma plataforma alternativa ao Banco Insular sediado na mesma praça de intervenção.»

Queria só perguntar-lhe se conhecia o Banco Privado de Desenvolvimento, se isto alguma vez funcionou e para que é que serviu.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, não conhecia.



O Sr. João Semedo (BE): — E agora mesmo para terminar, gostava de lhe fazer a seguinte pergunta: o Sr. Dr. tomou a decisão de incorporar remunerações que eram recebidas em numerário e integrar essas remunerações nas remunerações, digamos assim, dos administradores que tinham estas remunerações fora da remuneração processada pelas formas habituais.

O Sr. Dr. quando tomou esta decisão, tomou-a tendo consciência da ilegalidade que era a existência de remunerações pagas em numerário?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim. Eu sei por que isto começou... Mas eu nem sabia disso e dou graças a Deus, porque, a mim, nunca pagaram nada por fora, e ainda bem. Sei que veio um administrador e, depois, veio outro dizer-me: «olhe, mas eu recebia à parte e não sei quê...». E eu: «Olhe, desculpe lá, mas isso não sem pode fazer». Ouvi o director de pessoal, ouvi um dos colegas da administração que conhecia essas coisas e eu disse: «tenho a impressão que a melhor coisa que há a fazer é incorporar essa parte legalmente e incidir os impostos». E foi isso que fiz. Falei com as accionistas e tomei a decisão.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., a partir dessa decisão, pode garantir que mais nenhum administrador recebeu, alguma vez, remunerações em numerário fora daquelas que estavam estabelecidas?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu nunca mandei pagar!

O Sr. João Semedo (BE): — E relativamente ao passado, o Sr. Dr. acha que tomou todas as providências necessárias para que, quem cometeu esta ilegalidade, fosse devidamente punido, digamos assim?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu não tomei providências nenhuma. Isso deixei ficar ao pessoal para tratar do assunto.

O Sr. João Semedo (BE): — Quando se refere ao «pessoal», está a querer dizer o Dr. Armando Pinto?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, os recursos humanos. O Dr. Armando Pinto era uma das pessoas que eu ouvia.

O Sr. João Semedo (BE): — Para terminar, e voltando ao início, porque me esqueci de fazer uma pergunta e não quero deixar de a fazer, porque me parece importante para perceber este problema da tentativa de aquisição dos créditos do Sr. El-Assir.

Estamos a falar de um cidadão qualquer e, daí, não tenho nenhuma fixação especial neste cidadão, mas ele é que é o cidadão especial, diferente dos outros, na exacta medida em que, como o Sr. Dr. saberá, provavelmente, até tem um mandado de captura em Espanha...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, por acaso não sabia!

O Sr. João Semedo (BE): — Então, já lhe disse alguma coisa que o Sr. Dr. ainda não soubesse.

E, portanto, tratando-se de uma situação deste tipo, não queria deixar de lhe fazer esta pergunta: em determinado momento, quando se tratou desta tentativa de aquisição dos créditos malparados do Sr. El-Assir, esta sociedade Tadco fez um depósito de 5 milhões de euros numa sociedade chamada Investec.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — É um banco!

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, é um banco. Mas, curiosamente, quem fez este depósito, para iniciar um processo de aquisição dos créditos malparados do Sr. El-Assir no Banco BPN, foi o próprio BPN.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desconheço os pormenores. Eu só fiz a apresentação, como disse. Não sei mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas, portanto, o Sr. Dr. não tem nenhuma relação directa ou indirecta com este Banco Investec?

O Sr. Dr. Dr. Abdool Vakil: — Não, o Investec conheço, é o quarto banco em África, é um banco da África do Sul muito importante. Isso conheço, mas mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. quando, há pouco, nos disse que lhe tinham pedido, creio que o Dr. José Oliveira e Costa ou o Dr. Dias Loureiro, acabei por não perceber qual tinha sido...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Foi o Dr. José Oliveira e Costa.

O Sr. João Semedo (BE): — ... que tratasse desta operação, e volto a fazer-lhe a pergunta que há pouco lhe fiz: esta operação era para libertar o BPN de um problema ou era para fazer um favor ao Sr. El-Assir? Porque essa é que é a questão política importante.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso não tem nada a ver...

O Sr. João Semedo (BE): — Nós, aqui, não temos outra autoridade ou legitimidade que não seja política. Aqui, o aspecto importante é saber por que é que alguém se disponibilizou para tratar de uma operação que, do meu ponto de vista, me parece muito fictícia, de limpeza dos créditos malparados do Sr. El-Assir.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, se era para fazer algum favor ao El-Assir, não acredito, não há favores nenhuns ao El-Assir de uma coisa dessas...

Pediram-me porque queriam que alguém comprasse um crédito, e isso é normal, e eu pus-me em contacto com alguém que pudesse comprar o crédito. Quanto ao resto, como se passou, houve contratos feitos por advogados, penso eu, mas isso já não acompanhei. Eu só fiz a apresentação, mais nada.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu de actividade financeira, só sei o que se aprende nos balcões dos bancos, mas, desculpe que lhe diga, o normal, perante um crédito malparado, não é cobrá-lo?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Cobrá-lo ou vender a desconto. É o que se faz muitas vezes!

O Sr. João Semedo (BE): — E o Sr. Dr. acha normal que seja o próprio banco credor a financiar a compra dos créditos?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não conheço esses contornos e, aí, de facto, não é normal, não.

O Sr. João Semedo (BE): — Era só isto que eu queria saber.  
Muito obrigado e desculpe.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, por amor de Deus!

A Sr.ª Presidente: — Vou, agora, dar a palavra à Sr.ª Deputada Sónia Sanfona.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Muito obrigada, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr. Abdool Vakil, muito boa noite. Obrigada pela sua presença.

Sendo esta uma segunda audição, importa-nos, aqui, clarificar alguns pontos que foram ficando mais obscuros à medida que fomos ouvindo uma quantidade maior de pessoas.

E, portanto, na tentativa de esclarecimento e de clarificação destes pontos, queria fazer aqui uma breve resenha muito rápida e as perguntas serão também elas muito rápidas e concretas.

Em primeiro lugar, e tentando começar pelo princípio, aquando da entrada do Sr. Dr. para o BPN, aquilo que lhe queria perguntar é o seguinte: quando o Sr. Dr. chegou ao BPN, havia ou não um documento preliminar sobre o dito O Estado da nação, ou seja, encontrou lá algum documento já que pudesse ser um *draft* de um documento ou um documento formal que contivesse informação sobre o estado do banco, naquela altura?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Como acabei de dizer, agora, visto retrospectivamente, parece que até havia várias versões desse documento *O «estado da nação* e até havia várias coisas que já os accionistas conheciam e que eu fui o último a saber.

Eu, de facto, encarreguei algumas pessoas, que estiveram cá também, de fazer um levantamento. Mas, como disse, houve muitas resistências, mas, ao fim e ao cabo, como disse alguém depois, até fizeram um brilharete ao produzirem, em tempo recorde, um documento, que, pelos vistos, até já estava feito.

Afinal, eu é que fiquei com a ilusão que estava a ser feito, mas já estava feito. Devem ter feito uma reedição, com alguma alteração, mas não faço ideia nenhuma. Eu só tive conhecimento e, aliás, quando vi o título, *O estado da nação*, disse: «Eu não quero cá este título, façam como deve ser, quero é a situação do Grupo». E foi isso que fizeram. E esse

documento foi-me dado, perto de fins de Abril, dia 29 ou 28 ou qualquer coisa assim.

E, aparentemente, agora é que sei que houve uma equipa a trabalhar nisso e que já tinham mostrado, como eu disse, a alguns accionistas e até ao antigo presidente.

Bom, esse documento entreguei-o ao Dr. Rui Machete, dizendo, como disse há pouco tempo, para fazer, se possível, uma circulação restrita, porque eu sabia que tudo ia parar aos jornais e tudo era falado e uma instituição financeira não pode sofrer esses danos, como sabe, e, portanto, pedi muita contenção nisso. E, depois, apresentámos parte desse documento, alguns *slides*, no tal conselho superior de 12 de Maio.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., posso, portanto, concluir das suas palavras que terão havido algumas versões de um documento sobre a situação concreta do banco, independentemente do nome que lhe quiserem dar, aquele que o Sr. Dr. se encarregou de pedir e que lhe chegou à mão, é esse a que fez referência e que, depois, levou a algumas partes ao conselho superior.

Portanto, isto é o que posso dar como assente da resposta que o Sr. Dr. dá?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — O Sr. Dr. recebeu o documento, com certeza que o leu, analisou, antes de escolher as partes que entendeu levar ao conselho superior, e eu pergunto-lhe se o documento espelhava a

situação do banco ou pareceu-lhe uma breve resenha que não tivesse, ainda, factos consolidados, em que pudesse, fiavelmente, acreditar?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Um profissional não acredita em levantamentos feitos assim sem uma auditoria, sem um estudo profundo.

Portanto, aquilo podia ser uma aproximação, podiam ser uns números para dar uma ideia, que, se calhar, não estava longe da realidade.

E a única coisa que pedi àquele tal senhor que disse que trata do reporte ao Banco de Portugal e que faz o *monitoring* do rácios, etc., foi para ver, daqueles cenários que estavam lá, que incidências teriam para repor os rácios em níveis normais. E foi isso que se projectou no conselho superior, ou seja foi dito que para que pudéssemos repor os rácios, iria ser preciso um aumento de capital de tanto, etc., cenários que se descreveram aos Srs. Accionistas para mostrar que o problema era grave.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., significa, portanto, que esses dados já eram preocupantes, e, por isso, é que levou ao conselho superior no sentido de procurar repor pelo menos os rácios limites de solvabilidade...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas não se chegou a fazer nada!

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — E é essa a sua avaliação, enquanto profissional, de que aquele documento pode ter alguma aproximação à realidade mas não ser rigorosamente o retrato dela, que o leva a querer



fazer um aprofundamento do conhecimento, ou seja, o Sr. Dr., nessa altura, comunicou ou não, aos accionistas ou ao conselho superior que pretendia fazer uma auditoria ao banco?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Nem falamos nisso, porque eu tinha sempre a resposta de que eu era provisório, era temporário, e diziam-me: «Espere pelo Dr. Cadilhe», «espere pela administração definitiva, que há-de vir».

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Ó Sr. Dr., e isso não criou em si – e o senhor é um profissional respeitável, e isso não nos levanta qualquer dúvida –, isso não representou para o Sr. Dr., uma situação de inibição da sua capacidade de manobra – passe o termo –, enquanto presidente nas funções para que estava investido?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se não estou enganado, fez-me a mesma pergunta da última vez que estive cá, para dizer como é que me senti para continuar nas condições em que estava.

A minha resposta foi, e continuo a dizer, que eu apenas vesti na camisola, para usar esta expressão, e não faltando muito mais tempo para ter rendido, digamos assim, porque achei que, se abandonasse, criava um grave problema ainda maior à instituição, porque, como sabe, as instituições bancárias são muito sensíveis e, então, dir-se-ia: «até aquele, que era temporário, foi-se embora, é porque deve haver um problema muito grande». E eu não quis fazer isso. E fiz o sacrifício, e creia que foi um

sacrifício, porque tenho um problema de coração, mas fiz o que fiz pela instituição e valeu a pena atravessar esse....

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — O Sr. Dr. procurou assegurar a transição de uma presidência para outra.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, foi isso.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Falando, agora, numa coisa diferente, relativamente à avaliação da Biometrics, que o Sr. Dr. assumiu, na carta enviada a esta Comissão, feita, então, pelo Banco Efisa, quer explicar-nos, com mais algum detalhe, onde é que o Banco Efisa, quando fez esta avaliação, se baseou para atribuir aquele valor às acções da empresa.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu já tinha dito ao Sr. Deputado Nuno Melo, quando me perguntou da outra vez, que foi-nos pedido, pelo Banco de Investimento, para fazer uma avaliação.

É claro que uma avaliação, como sabe, tem vários passos e não se faz assim de um momento para outro, mas eles tinham muita pressa e tinham uns dados baseados nas auditorias feitas pela empresa Novas Tecnologias, que fez umas projecções, e foi com base nisso que se fez a avaliação, sendo que nós escrevemos na carta que íamos indagar da veracidade – enfim, conhece a fórmula normal – , pois nós não nos podíamos responsabilizar pela veracidade e exactidão dos números, mas como nos foram dados aqueles números foi baseados nesses números que chegámos aquele valor para a avaliação.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sobre o Banco Insular, o Sr. Dr. já disse e repetiu, nesta Comissão, e já apontou a data em que teve conhecimento não do Banco Insular, porque esse já era conhecido e, portanto, nada de estranho se passaria se não tivesse essa relação com o BPN...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Peço desculpa, é com a SLN!

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — sim, com a SLN, exactamente.

Portanto, como estava a dizer, o senhor já disse em que circunstâncias é que pôde apurar essa relação.

O que lhe queria perguntar é o seguinte: aqui, na Comissão, numa das audições que tivemos, foi dito que a informação sobre operações financeiras estava acessível a todos, ou seja, tudo o que se passava sobre – e eu posso dizer quem é que fez aqui essa referência...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não precisa dizer! Era só ligar o cabo de rede – foi o que eu ouvi. Fiquei espantado! Mas, está bem.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Pois, foi dito aqui que estava acessível a todos.

É claro que o Sr. Dr. afirmou precisamente o contrário e eu queria que pudesse elaborar alguma coisa sobre isto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu não sou da informática.

Eu julgo que não vi ontem a intervenção toda, mas estive cá um antigo colega meu, o Luz Almeida, que era o antigo informático e com certeza que ele deve ter dito como isso funcionava, dizendo que não era qualquer pessoa, nem ele que era da informática, que tinha conhecia aquilo.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — O Sr. Dr., quando pedia informação, baseava-se na necessidade de aprofundar algum conhecimento sobre algumas matérias, solicitava a informação e recebia, rigorosamente, aquela que lhe era fornecida, ou seja, não era o Sr. Dr. que ia à procura, eventualmente, aos computadores ou através de outro tipo de meios, de informação.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Em nenhum banco isso acontecesse!

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Fiava-se, digamos assim, naquela que lhe era trazida.

Agora, indo ao Banco Insular, queria que clarificasse: o Sr. Dr. disse, há pouco, que foi durante a sua administração que foi possível concluir que o último beneficiário do Banco Insular era a SLN SGPS.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Que o último beneficiário da Marazion era, digamos assim, a avó...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Exactamente.

Isto foi concluído, Sr. Dr., através da pergunta que foi feita a um *trustee*. Que pergunta é que foi feita e que resposta é que foi dada?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, foi enviada uma carta, que me disseram que tinha de ser assinada pelos cinco administradores porque, se não, não nos respondiam, perguntando quem é que era o *ultimate beneficial owner* dessa Marazion e a resposta veio e era a SLN, SGPS.

E, foi baseado nisso, que, como disse, respondi ao Banco de Portugal, porque essa resposta veio algures em finais de Maio, já nem me lembro se era uma quinta-feira ou sexta-feira, e eu tive a intenção de telefonar logo para a supervisão dizendo «já tenho a resposta». E mandámos a carta, logo na semana seguinte, que foi o dia útil, 2 de Junho, que, se não me engano, era uma segunda-feira.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., quando a administração do Dr. Miguel Cadilhe tomou posse, a informação que o Sr. Dr. lhe faz chegar foi baseada nessa proposta do *trustee*. Ou seja, a informação que chega ao Dr. Cadilhe, quando o Sr. Dr. deixa a administração e lhe passa o testemunho, digamos assim, é de que houve uma indagação acerca do *ultimate beneficial owner* do Banco Insular e que a resposta do *trustee* foi essa, ou seja, a primeira informação que chega ao Dr. Miguel Cadilhe é essa que o Sr. Dr. lhe transmite ou não?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Deixe-me dizer-lhe uma coisa: a transmissão de poderes foi um pouco estranha.

De facto, o Dr. Cadilhe foi sempre muito cortês em receber-me, mas nunca chegamos a falar nada daquilo que eu queria falar porque fartei-me de lhe dizer que tinha informações que gostava de dar, uma vez que tinha preocupações que queria transmitir ao meu sucessor, mas ele dizia-me: «Depois fala-se, depois vê-se, etc.».

Mas há muita informação que deixei no meu gabinete, a secretária era a mesma, pois a minha secretária passou a ser a secretária dele, portanto, estava lá tudo, e até, para vir aqui para a Comissão de Inquérito, tive que ir àquela minha antiga secretária e pedir emprestados alguns documentos que para poder fazer a informação.

Quando se diz que nunca demos ideia da gravidade dos problemas, isso não é verdade.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Não, Sr. Dr., eu refiro-me à questão da titularidade do banco.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A titularidade do banco, sim! Estava lá tudo, inclusiva a carta para o Banco de Portugal, que também está lá nos arquivos.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Ou seja, isso não foi tratado entre o Sr. Dr. Vakil e o Dr. Miguel Cadilhe nas conversas que tiveram na passagem de testemunho, digamos assim, na administração.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu conversei com um administrador, sim. Isso é...

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Mas não com o Dr. Cadilhe?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Com o Dr. Cadilhe, disse assim muito por alto, mas pronto, depois foi uma conversa um bocadinho mais pormenorizada com o Dr. Meira Fernandes, se não me engano, que tomou nota e, depois, fez aquilo que fez.

Só sei é que, depois, vieram-me dizer que eles não tinham essa tese de que pertencia, ou seja, não aceitavam na titularidade.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — O Dr. Miguel Cadilhe disse, aqui, que, a partir de uma determinada altura, não podia ter a certeza de que a titularidade era da SLN, SGPS e, portanto, colocou em dúvida aquilo que o Sr. Dr. tinha dado como uma certeza, em função das informações que tinha.

O que queria era que o Sr. Dr. pudesse explicar, atendendo a estas duas informações que acabam por ser contraditórias, por que é que se decide fazer uma auditoria externa ao Grupo, sendo contratadas duas entidades diferentes: uma, a Deloitte, para fazer a auditoria ao Grupo e a outra, a Mazars, para realizar auditoria ao Banco Insular.

Então, como é que se explica que, numa altura em que a última informação que o Sr. Dr. tinha deixado era a de que havia a assunção de que o Banco Insular pertencia ao Grupo, através da SLN, SGPS, seja pedida uma auditoria ao Grupo feita por uma auditora externa e não se faça uma auditoria ao Grupo todo por essa auditora mas se contrate uma diferente para fazer uma auditoria específica ao Banco Insular?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, se me é permitido, eu não sei qual é a razão por que escolhem duas auditoras. Mas também, já agora, um comentário, que pensei várias vezes, e que é o seguinte: como é que se pode fazer uma auditoria a uma sociedade que não é nossa?

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Era precisamente isso que gostava que o Sr. Dr. comentasse.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ou o dono autorizou que se fizesse!

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — É que não dermos como boa a informação que o Sr. Dr. Vakil deixa no banco e se vamos colocar em dúvida a titularidade do Banco Insular, como é que se ordena uma auditoria externa, contratando um auditor externo, para fazer uma auditoria a algo que não se sabe se é do Grupo ou não?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Para mim, foi estranho, mas quem sou eu para duvidar disso.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., de acordo com o seu conhecimento actual e ao tempo, fazendo um bocadinho....

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Peço desculpa, mas, actual é zero. Mas está bem!



A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — O que lhe queria perguntar, fazendo um bocadinho este jogo mental, é quando é que o Sr. Dr. sabe que o Banco de Portugal teve conhecimento...

Vamos lá ver, o Sr. Dr. não pode saber, internamente, o que é que (e não lhe quero nem estou a perguntar) internamente o Banco de Portugal sabia ou não sabia, mas do ponto de vista da informação, que chega ao Banco de Portugal, no seu entender, quando é que o Banco de Portugal tem efectivo conhecimento da existência do Banco Insular, enquanto universo SLN? Isto porque o Banco Insular era um banco conhecido.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso do conhecimento do Banco Insular, agora também não posso precisar a data, mas houve um *e-mail*, se não me engano, no ano anterior, em 2007, que nunca chegou ao meu conhecimento e, mais ainda, do senhor que supostamente tinha a função da direcção do controlo de gestão, e que, portanto, fazia o reporte para o Banco de Portugal, e esse *e-mail* só lhe apareceu às mãos, em Fevereiro de 2008, entregue pela tal inspecção, que estava residente nas instalações, dizendo: «olhe, vocês ainda não responderam a isto».

Era uma pergunta superficial por causa de uma transferência que houve ou para saber qualquer coisa do Insular; agora, não sei dizer os termos precisos, mas houve, de facto, um *e-mail* que veio e, se calhar, foi guardado na gaveta, não faço ideia.

Sei que esse senhor, o Dr. António Coito – nós até dizíamos que era «o coitado do Coito», porque ele, coitado, estava lá e não lhe davam as coisas as informações, portanto, de facto, ele não teve acesso antes, e só

teve em Janeiro ou Fevereiro, agora não me lembra concretamente a data.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — E, nessa altura, entregou à inspecção do Sr. Dr. do Banco de Portugal, que se encontrava lá.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, essa equipa é que nos entregou, a nós, esse *e-mail* que não tinha sido respondido, desde o ano anterior, não sei agora se era de Junho de 2007, não posso precisar.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Que já tinha sido enviado para o banco.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, mas não tínhamos conhecimento. Portanto, ficou na gaveta de alguém. Não acredito que o *e-mail* não tenha chegado.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., vou-lhe fazer uma pergunta e o Sr. Dr. responderá se entender.

Esta Comissão conseguiu apurar aqui inúmeras situações que, à partida, provavelmente, nem esperava apurar. O Sr. Dr. quer dizer-nos qual é que era o seu vencimento quando foi para a administração e se recebeu algum prémio de ingresso.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Qual era...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — O seu vencimento quando assumiu a administração e se recebeu algum prémio de ingresso como administrador?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não recebi nada. Eu recebia um ordenado, que não sei agora de cor, mas sei que, depois de pagar os impostos, eu tinha cerca de 3000 €...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Mensalmente?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, claro, mas no BPN.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Exactamente.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — E, depois – já agora, também é bom ficar claro aqui –, quando eu fui para presidente, ninguém me falou em ordenados nenhuns e eu também não consigo pedir nada para mim próprio e, então, deixei andar até um dia em que os accionistas chegaram ao pé de mim e disseram: «o senhor, desculpe lá, mas o senhor não está a ganhar nada como presidente...!». «Não, não estou». «Então, não acha que devíamos...». «Os senhores é que sabem, eu não vou arbitrar ordenados a mim próprio!».

Então, eles pensaram e um deles veio dizer-me que, por esse tempo que eu estava ali como presidente, gostariam que eu recebesse x – já me não lembro quanto era, mas era cerca de 15 000 €, ou coisa assim – e eu

respondi-lhes que eles é que sabiam e que eu não podia arbitrar a meu favor, fizesse aquilo que entendessem ser o melhor.

Então, eles mandaram dizer aos recursos humanos para passarem a pôr um complemento para mim e isso durou enquanto fui presidente.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., tem conhecimento de qual é que foi o vencimento que o Dr. Miguel Cadilhe foi ganhar quando assumiu a presidência?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu só posso saber aquilo que se diz nos corredores, não é? Há tantos valores que dizem, não sei.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Na altura, não sabia?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não. Há quem diga 100 000 €, há quem diga 75 000 €. Falaram no prémio também.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — E o Sr. Dr. tem ideia – parece-me que não, uma vez que o que se sabe é pela comunicação social – de quem é que pagou esse prémio de ingresso, esse tal prémio de que se fala na comunicação social?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei. Sabe, essas coisas acabam sempre por se saber, mas nunca se sabe se é de fonte fidedigna. Dizem: olha, vi um cheque debitado a não sei quem... E pronto.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., outra coisa: sabe, por acaso, tem conhecimento, da proposta que o Sr. Dr. Cadilhe fez do acordo com os administradores, para reduzir os ordenados a metade, mas passarem a regime de não exclusividade? Tem alguma ideia?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Desculpe...

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Tem ideia da proposta que o Sr. Dr. Cadilhe apresentou no sentido de os administradores reduzirem os seus vencimentos a metade, mas passarem a estar em regime de não exclusividade?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei. Se calhar, está a falar nisso – e eu também ouvi qualquer coisa, e se é ou não verdade, não sei – já naquela fase difícil. Acho que foi assim, mas não me lembro.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Ó Sr. Dr., agora, queria ler-lhe aqui um pequeno excerto de uma notícia que diz o seguinte: «A 12 de Fevereiro de 2008, Oliveira e Costa revelou, à comissão de avaliação e nomeações, os imóveis não consolidados no Grupo SLN.

Estavam na reunião, além do próprio, Francisco Sanches, seu chefe de gabinete, os accionistas Almiro Silva, Joaquim Coimbra, Adelino Silva e Fernando Cordeiro.

Fora de contas estavam terrenos da OPI 92, Herdade da Coutadinha, Rio Frio, Domurbanis, Finalgarve, Belas, Edifícios da Casa da Música, Herdade da Miséria.

Sanches disse que se outras medidas não fossem tomadas, era necessário subir os capitais da SLN em 50 milhões de euros e do BPN, em 80 milhões de euros. Os accionistas decidiram afastar Oliveira e Costa do Grupo e ele concordou».

Eu queria referir-me a estes terrenos e a estes activos da OPI 92, que estavam fora de contas.

O Sr. Dr. pôde apurar alguns destes factos, quando assumiu a presidência?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não quero estar a dizer coisas imprecisas, mas posso dizer só o que sabia, porque isto era o pelouro do Dr. Franquelim Alves. Eu pedi para ele seguir isso e ele tinha reuniões constantes com os accionistas, a que estavam ligadas essas propriedades, como a OPI 92 e outras.

Um deles veio cá ser ouvido, que era o...

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — O Sr. Fantasia!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, o Sr. Fantasia. Eu estou a contar-lhe porque ouvi e, por isso, sei que os accionistas até andaram a *jeep* a ver vários terrenos e não sei quê, mas não sei mais nada.

E, depois, havia também coisas dúbias sobre a propriedade desses terrenos. Há quem dissesse que 20% eram não sei de quem, 80%, não sei de quem... Mas eu limitei-me a ouvir e, agora, não tenho de cor o que é que se passou.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Ou seja, o que foi aqui dito, Sr. Dr., foi que esta OPI 92 era oficialmente detida em 80% pelo Sr. Fantasia e em 20% pela Wisteria Properties LLC, mas que, na realidade, disse aqui o Sr. Fantasia, esta OPI 92 pertence 100% à SLN Valor, conforme procurações e declarações, a que ele se refere aqui numa acta de uma reunião.

O Sr. Dr. tinha conhecimento disto ou não?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ouvi dizer, depois, naquela altura, em que o Dr. Franquelim me ia contando o que se passava e o que é que ia apurando.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Ó Sr. Dr., já agora, relativamente a esta suposta detenção de 100% desta OPI 92, por parte da SLN Valor, o Sr. Dr. sabe quanto eram os activos da OPI 92?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não tenho ideia.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Também não tem ideia?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Podia saber naquela altura, mas não me lembro agora.

Não sei se sabe, desculpe, mas já agora para dizer que a SLN Valor é um universo à parte.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Sem dúvida. Mas, de qualquer forma, o Sr. Dr. quando assume a administração era, pelo menos, suposto que,

para além daquelas outras informações que o Sr. Dr. diz que não lhe chegaram, que lhe chegassem algumas destas informações que eram de sobeja importância...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim, mas a SLN Valor tinha o seu próprio presidente.

Por acaso, no tempo do Dr. Oliveira e Costa, ele é que era presidente da SLN Valor, mas depois passou a ser outra pessoa. E a SLN Valor é um universo à parte. Eles é que eram accionistas, na altura, em 45% da SLN.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Sr. Dr., relativamente àquele que foi o conhecimento, que o Sr. Dr. teve e que conseguiu apurar, da situação do Grupo, à altura, pergunto-lhe o seguinte: uma vez que o Sr. Dr. disse aqui que, durante o período em que foi presidente, houve um grupo de accionistas que, sistematicamente, refrearam a vontade de aprofundar algumas situações que lhe pareciam menos claras, na sua opinião, na forma como vê as coisas, os accionistas, pelo menos os de referência, os mais importantes, tinham absoluto conhecimento do estado em que se encontrava o Grupo ou também eles laboravam no erro de acreditar absolutamente em alguma informação, que era aquela que estava acessível?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu posso dizer isto, porque não vou infringir nenhum sigilo profissional, mas sei que as pessoas, ainda naquela reunião que nós tivemos, quando eu disse que arranjei alguém para ficar



com acções a 2,88 €, que era um preço, enfim, que, para mim, era fantástico se alguém comprasse, os accionistas ainda estavam com ilusões e diziam que o Dr. Oliveira e Costa tinha prometido 3,20 € e mais não sei quê... Portanto, as pessoas, acho, não tinham bem a noção do que é que estavam a falar.

Talvez naquela ânsia, de facto, de ganhar aquele dinheiro de 3,20 ou 3,30 €, esqueceram-se completamente do que é que era a realidade. Eu não acredito que eles se estivessem a enganar-se a si próprios. Portanto, estavam convencidos disso.

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Sanfona (PS): — Esse é o seu sentimento?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — É o meu sentimento.

Eles não tinham a noção de como é que estava o Grupo, na realidade. Por isso é que, naqueles conselhos, eu dizia que tínhamos de ter conta que isto não estava bem, que havia muitos problemas para resolver, que a parte banca – há uma acta em que digo isso –, que é a mais substancial do Grupo, é aquela de onde vêm mais proveitos e, portanto, tem uma regulação mais complexa, etc..

E eu dizia isto porque as outras actividades dos accionistas eram, mais ou menos, industriais e, portanto, os accionistas não sabiam muito bem o que é que é uma regulação bancária. Conheciam, se calhar, a Deco e outras coisas, mas a realidade bancária é muito diferente, o Banco de Portugal é muito mais sério e temos de cumprir com certas coisas, sendo que não podemos ter uma relação, como eu lhe chamei, crispada com o Banco de Portugal.

Era isso que queria inculcar no espírito deles, mas acho que não consegui levar essa mensagem. Eles só diziam que o Dr. Cadilhe viria e resolveria o problema. Tal era a serenidade e tranquilidade como eles diziam.

Pronto, foi isso que aconteceu.

A Sr.ª Sónia Sanfona (PS): — Muito obrigada.

A Sr.ª Presidente: — Vou dar, agora, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Sr. Dr., queria cumprimentá-lo.

Tenho só duas ou três questões para colocar e peço desculpa de voltar a uma questão, que já aqui foi abordada logo no início da presente audição, mas julgo que é importante que não subsistam dúvidas sobre o que aconteceu relativamente à solução a dar – e estou a empregar bem o termo “solução a dar” – ao problema do Banco Insular.

O Sr. Dr. no início da audição, e julgo que ouvi bem, fez aqui, digamos, uma rectificação à acta do conselho superior de 12 de Maio, naquela parte que, de resto, aqui já foi citada, quando se diz: «Realçou ainda o facto de o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof., Duarte Neves, numa reunião havida recentemente, ter considerado que a melhor solução era a venda dessa entidade em causa a terceiros».

E o Sr. Dr. teve oportunidade de dizer aqui que não é correcta esta formulação, porque não foi o vice-governador do Banco de Portugal, foi o Sr. Dr. que transmitiu isso ao Banco de Portugal.

Ora, acontece, Sr. Dr., que, na acta da audição precedente do Sr. Dr., nesta Comissão de Inquérito, em 16 de Janeiro deste ano, a determinada altura, o Sr. Dr. disse: »O que estou a referir é que aquilo que disse ao Banco de Portugal; foi que o Dr. Mascarenhas me havia dito que poderíamos, eventualmente, vender a uma terceira entidade e o Banco de Portugal preferia que fosse vendido a uma terceira entidade e não comprar o BPN».

A questão é esta, Sr. Dr.: a versão corrigida ou rectificada da acta do conselho superior de 12 de Maio, rectificada por V. Ex.<sup>ª</sup> aqui, nesta Comissão, não bate certo com estas declarações que o Sr. Dr. prestou na Comissão...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — É infeliz, mas eu digo que, de facto, não foi assim que se passou.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Pronto, mas eu o que queria era clarificar isto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas eu tenho que pôr as coisas como elas são.

Eu é que disse isso, de facto, e a pessoa em causa nem diz que sim nem diz que não. Pronto, limitou-se a registar o que eu tinha dito.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Eu não estou a pôr isso em causa, Sr. Dr., estou a dizer é que, a partir da rectificação, digamos assim, que o Sr. Dr. pretendeu fazer aqui, em relação à acta do dia 12 de Maio, do conselho superior, fica, de facto, também aqui uma discrepância com aquilo que foi dito na nossa reunião do dia 16 de Janeiro.

E queria salientar esse ponto, porque este ponto é importante sobretudo por uma outra coisa, que tem a ver, e vamos ter que voltar a esse ponto, com o documento *O estado da nação – Março de 2008*, porque esse documento – estava o Sr. Dr. há muito pouco tempo como presidente da instituição – tem aquela informação sobre o Grupo e fala do banco, referindo, e cito: «Banco Insular - Depositantes a 100% provenientes do Grupo BPN; banco financiador de investimentos do Grupo não relevados no balanço do Grupo, com recurso a participações via sociedades *offshore*; uma parte do balanço está *off balance sheet*; perspectiva-se a imposição da integração no Grupo», e eu queria sublinhar este ponto (...) perspectiva-se a imposição de integração no Grupo» – isto em Março de 2008, antes da conversa, julgo eu, que o Sr. Dr. terá tido com o Banco de Portugal.

E a questão que queria pôr é a seguinte: como é que, neste documento de Março de 2008, era já apresentada como inevitável a integração do Banco Insular no Grupo quando, à data, que se saiba, nem tinha ocorrido essa conversa do Sr. Dr. com o Banco de Portugal, portanto, nem o Sr. Dr. tinha transmitido ao Banco de Portugal que essa era a solução, nem, aparentemente, o Grupo, enquanto tal, tinha assumido que era dono do Banco Insular?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, sim, mas, Sr. Deputado...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Desculpe, Sr. Dr., mas eu, agora, estou a confrontar só documentos, porque estamos agora no fim da Comissão de Inquérito e temos coisas para comparar e, portanto, é importante clarificar estes pontos.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso foram cenários de alienação traçados pelas pessoas que fizeram o documento...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Certo!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mas, como dizia o Deputado Nuno Melo, da última vez: «o senhor não pode vender aquilo que não é seu». E, de facto, é verdade. Mas aqui não era para alienar até porque ainda nem sabíamos que era nosso, podia era passar, era uma alienação para terceiros, mas isso era baseado na conversa que o Dr. José Vaz Mascarenhas, que dizia que havia uma entidade, que nunca soube quem, que talvez pudesse estar interessada. Naturalmente que o comprador não ia comprar com os activos e coisas desse género – acho eu, porque era assim que eu pensava.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas, o que queria pôr aqui em destaque é esta passagem do documento que diz «e perspectiva-se a imposição de integração no Grupo».

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Pela situação em que estava com os activos e passivos do Grupo, ao fim e ao cabo, aquilo era barriga de aluguer, digamos assim.

Portanto, a ideia era: ou integrar os activos e passivos, que é o que se passou a fazer, depois, mais tarde, ou, então, integrar a instituição, mas eu achava que problemas já tínhamos muitos e irmos, ainda, integrar uma instituição, não valia a pena, se calhar.

E, portanto, se houvesse um terceiro, poderia adquirir essa instituição.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Dr., queria só pôr aqui mais uma questão, depois de todas aquelas outras que foram aqui colocadas, que sei que não é muito relevante, mas é indispensável para a Comissão para tirar algumas conclusões.

Não pretendendo pôr o Sr. Dr. em confronto com um outro depoimento, mas para tentar precisar aqui um facto, que tem a ver com a questão que o Sr. Dr. colocou, e que, de resto, já na outra audição, o tinha afirmado, de que teria sido dissuadido, digamos, a fazer a auditoria ao Grupo quando assumiu a presidência, a verdade é que, quando o Sr. Joaquim Coimbra veio aqui, à Comissão, disse que essa limitação não foi imposta ao Sr. Dr. Abdool Vakil.

E disse mais: disse que ele próprio, em Setembro de 2007, teria contactado a Deloitte, na pessoa do Dr. Luís Delgado, para realizar uma auditoria externa ao Grupo para saber as necessidades que existiam e o estado em que se encontrava esse mesmo Grupo.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Em 2007...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sim, em Setembro de 2007.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei, isso deviam ser conversas com o Dr. Oliveira e Costa, naquela altura em que andavam já em fricção.

Eu não estou a dizer que expressamente me tenham dito: não pode fazer a auditoria!... Eu não podia fazer nada, disseram que não podia alterar nada. Eu até mudei uns gabinetes e disseram-me já não podia alterar os gabinetes também.

Portanto, eu queria, quando fui para lá, pessoas da minha confiança no gabinete. E, portanto, naturalmente, pedi aos outros senhores para irem para outro sítio e eles, já me não lembro bem quando comecei, mas foi logo em finais de Fevereiro, e, uns dias depois, tiveram uma reunião comigo e disseram: o senhor, faz favor, não pode fazer alterações nenhuma!». Pronto, foi isso.

Naquela altura, cheguei à conclusão de que já não havia nada a fazer que fosse extraordinário. Eu – isto é um pequeno pormenor –, numa quarta-feira, era preciso fazer uma alteração a um contrato e o advogado, o Armando Pinto, só vinha ao banco às terças-feiras e às quintas, e eu, naquele dia, por acaso, precisava de alguém para me alterar o contrato. Pedi ao advogado do Efisa, que às quartas-feiras estava lá, e disse-lhe: «Suba aqui, ao 8.º andar, que lhe quero mostrar uma coisa». Até isso ficaram a saber e disseram: «o senhor anda a usar advogados de fora?» E eu disse: «de fora, não, é do Efisa!».

Portanto, eu estava completamente manietado. Podem dizer, agora, o que eles quiserem, mas estava manietado.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Muito obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Obrigado, Sr.ª Presidente.

Arriscar-me-ia a começar esta conversa, dizendo-lhe que registei o seu comentário sobre aquelas pessoas que se sentaram à sua mesa, durante alguns meses, e não lhe disseram que já sabiam do Banco Insular, há alguns anos, mas admitiram-no aqui, nas audições, que fizeram nesta Comissão de Inquérito.

Acho que vai acrescentar a essa sua lista mais uma pessoa que citou, há pouco tempo, Sr. Dr., que é o Sr. Nuno Luz de Almeida, administrador da área informática, que o senhor citou há pouco como asseverando que havia uma impossibilidade de aceder às operações do Banco Insular, e nós temos aqui documentos, correios electrónicos, troca de *e-mails*, que provam que o Dr. Nuno Luz de Almeida também sabia, há bastante tempo, desde 2004, da existência do Banco Insular, e até participava nas operações que envolviam o Banco Insular.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — O Sr. Deputado está a dizer-me uma coisa nova para mim, mas pronto!

O Sr. Honório Novo (PCP): — É um a informação.



O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Muito obrigado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, acrescente lá mais um a essa lista que invocou de pessoas que não lhe disseram: este também não lhe disse.

Sr. Dr., já agora, gostava de perceber exactamente quem é que estava, em Fevereiro, quando o senhor entrou para a administração da SLN, do Banco de Portugal, em permanência no Grupo e que lhe mostrou o famoso *e-mail* de Junho de 2007 que não tinha tido resposta.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não me mostrou a mim pessoalmente, mostrou ao senhor que...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quem era a pessoa do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — A pessoa do Banco de Portugal acho que era o José Alvarez, mas agora não posso precisar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, Sr. Dr., também lhe vou dizer que o Sr. Dr. João Alvarez aqui, na audição que teve connosco, informou que tinha recebido resposta, que tinha recebido uma resposta telefónica, da parte da estrutura do BPN que contactava com ele.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Então, eu não sabia porque o Sr. João...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, pelos vistos, o Sr. Dr. andava a ser muito enganado. Até as pessoas do Banco de Portugal o enganavam!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu só sei é que esse *e-mail* chegou...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., está registado em acta que o Dr. João José Alvarez, nesta sala, no sítio onde o senhor está sentado, nos disse que tinha tido uma resposta telefónica, da parte do BPN, ao *e-mail* de Junho de 2007.

Portanto, eu estranho que essa mesma pessoa, em Fevereiro de 2008, tenha dito ao interlocutor nomeado por vocês para relacionar-se com o Banco de Portugal: «olhe ainda não responderam a este *e-mail* de 2007».

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, eu não quero cometer aqui nenhuma injustiça...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu não fiz uma pergunta, a única pergunta que fiz era sobre o Dr. João José Alvarez.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se me permite, Sr. Deputado, esta manhã falei com esse senhor, porque, como vinha cá, quis, já agora, relembrar umas coisas, e sobre essa pergunta ele disse: «é verdade sobre esse *e-mail*, eu não tinha conhecimento e só tive conhecimento em Janeiro ou

Fevereiro». E eu, Sr. Deputado, estou a repetir o mesmo que ele me disse, naquela altura.

É claro que ele só entrou em Setembro de 2007 e, portanto, se calhar, não sabe o que é que foi referido antes.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Está a ver Sr. Dr., é bom ter vindo aqui duas vezes a esta audição!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Obrigado, já aprendi qualquer coisa!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Já recebeu, pelo menos, duas valiosíssimas informações, da parte dos Deputados desta Comissão.

Sr. Dr., gostava de perceber, exactamente, se tem ou não conhecimento se o BPN, antes de adquirir o Banco Efisa, tinha tido intenção de tirar uma licença de banco de investimento e se o sabe da posição do Banco de Portugal sobre essa tentativa de obter uma licença de banco de investimento.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso não sei, só sei é que eles tinham, como alguns bancos fazem, um departamento de banca de investimento, isto é, tinham lá três ou quatro pessoas que tratavam de operações tipo banca de investimento. E nós, Banco Efisa, apareciam-nos, às vezes, algumas operações que lhes oferecíamos.

Portanto, sabíamos que eles tinham esse departamento de banca de investimento, mas eu não sabia que eles queriam ter um banco de investimento.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., não tinham autorização, ou seja, licença para esse tipo de operações.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não tinham licença, mas qualquer banco pode montar um departamento. Não é uma licença bancária para isso, mas é um departamento, é o que, lá fora, chamam *Investment Banking Department* e, pronto, mais nada e tinham pessoas que se dedicavam a esse tipo de coisas.

Como nós tínhamos trazido várias operações para lá, um dia houve uma conversa e o Dr. Oliveira e Costa disse-me: «por que é que a gente não se junta?». Eu já o conhecia há muitos anos, quando estava no Banco de Portugal fui colega dele e achei que havia de ser interessante.

Eu, também com a minha idade já avançada, pensei que isto era um peso muito grande para mim continuar com o banco e, portanto, se calhar, até era bom juntar-me a alguém.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Essa explicação já nos deu da primeira vez.

Mas, portanto, não prefigura a hipótese dessa conversa do Dr. Oliveira e Costa ter sido para resolver um problema que não tinha resolvido junto do Banco de Portugal ao tentar certificar um licenciamento diferente para o BPN.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso não sei.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., eu tive a curiosidade de aceder, hoje, durante a tarde e durante estes últimos dias, ao *site* do BPN e do Banco Efisa, e não consegui aceder.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não conseguiu?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não consigo aceder, tive uma impossibilidade permanente, recorrente, durante vários dias. O *site* dá erro e, portanto, eu não consegui. Queria ter algumas informações, designadamente esta informação.

O Sr. Dr. é capaz de nos dizer como é que evoluíram os resultados do Banco Efisa, a partir do momento em que foi adquirido pelo BPN e qual é a sua evolução.

É que tenho uma ideia, uma informação, mas gostava de a ver confrontada com a realidade de que a situação do Banco Efisa não será, enfim, uma situação muito confortável.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, isso não é verdade. A situação do Banco Efisa teve resultados sempre bons, excepto os de 2008. Nessa altura, estávamos completamente sem poder fazer muito, porque, nesta altura, como sabe, o banco pai ou avô foi nacionalizado e nós estamos um bocado coarctados na nossa actuação.

E, portanto, vamos sofrer um bocadinho e vamos fazer um prejuízo elevado. Já, desde o ano passado que tínhamos que aumentar o capital, ainda na administração do Dr. Cadilhe, para repor os rácios que estavam

em baixo, mas ele mandou dizer-me que tinha tudo combinado com o Banco de Portugal e, portanto, eu que não me preocupasse com isso.

Isto tudo é visto na base consolidada e, portanto, nós estamos desfalcados em rácios...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Há a hipótese, portanto, de nós termos uma verificação dos resultados e das contas autónomas do Banco Efisa?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim, claro que sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E isso estará disponível em termos de *site*...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ainda não está, porque ainda estamos, nesta altura, com a Deloitte a discutir certas coisas.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., então, pedia-lhe que nos mandasse as contas autónomas do Banco Efisa para esta Comissão, desde que ele foi vendido ao BPN até à actualidade.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Está bem.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., e, já agora, aproveito para lhe fazer uma pergunta, que tem a ver com uma situação que se prendia, durante a primeira audição, e que, acho, tem alguma actualidade: o

senhor reconheceu, na primeira audição que aqui tivemos, que chegou a fazer uma proposta de recompra do Banco Efisa ao Dr. Miguel Cadilhe.

Sabemos isso por si, sabemos isso pelo Dr. Miguel Cadilhe e sabemos que a proposta foi considerada não vantajosa pela administração e que o negócio «morreu».

O que eu lhe queria perguntar é se o senhor abandonou completamente essa hipótese, isto é, tendo o senhor, como se sabe, uma ligação muito íntima, antiga e muito próxima do Banco Efisa, se mantém essa intenção, se a transmitiu a alguém, e se, para o efectuar, tem naturalmente que colher a anuência do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Bem, a anuência do Banco de Portugal, com certeza, que há que ter na altura própria, comunicando, mas eu fiz uma oferta nova a esta nova administração.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Recente, portanto, já à administração Bandeira.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Foi há quase dois meses ou um mês e tal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Isto é uma questão bastante importante, pois esta operação, depois, terá que ser avalizada pelo Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Claro, quando se muda de mãos, com certeza que sim. Agora, já fui dono do Banco Efisa e, portanto...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Todos nós sabemos que o senhor foi dono do Banco Efisa, que o vendeu, que passou este período todo ligado ao BPN, que em 2008 teve resultados negativos, apresentou uma proposta ao Dr. Miguel Cadilhe para compra, que foi recusada, e, agora, apresentou, recentemente, há dois meses, uma nova proposta à actual administração, situação essa que, naturalmente, será, em devido tempo, se for aceite, avaliada pelo Banco de Portugal.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, desculpe não era só o Banco de Portugal. Foi-me dito, e é natural que se diga isso, que isso terá que ser feito em concorrência e com transparência.

Portanto, há-de haver outro candidato, não sei, pode ser que haja e se o meu preço for bom, pode ser que compre e, depois, o Banco de Portugal terá que autorizar, naturalmente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não prefigura a situação de haver um ajuste directo, para utilizar uma expressão coloquial.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Também não tenho problema nenhum, se não comprar este, faço outro, não tenho problema nenhum. Estou descansado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quanto a prestação de informações, queria-lhe recordar o seguinte: quando estive aqui, na primeira audição, eu questionei-o sobre alguns elementos factuais que implicavam a



situação do Banco Efisa, sucursal financeira exterior, na Madeira, portanto a vossa sucursal *offshore*. E o senhor respondeu, enviando os custos, os encargos, mas esqueceu um elemento que tinha sido solicitado e que era o contrato de arrendamento com aquela sociedade de advogados madeirenses.

Queria-lhe recordar este pedido e queria-lhe repetir e instar se, nos próximos dias, caso fosse possível, nos entregava o contrato.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu posso, já agora, Sr. Deputado, informar que não sei se há uma renda, nós pagamos anualmente um *fee*, como sabe.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Naturalmente, isso é o que diz...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Nós não temos instalações físicas nem nada disso, temos lá um advogado que representa o banco e ocupamos o espaço dos advogados.

Mas eu posso ver isso tudo. O que acho que comuniquei foi tudo, mas pode ser que haja qualquer coisa mais e eu pergunto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., o que está aqui, de facto, é o montante pago e eu queria a cópia do contrato, porque não sei se isto estabelece um contrato de arrendamento, de domiciliação, enfim, a natureza. Foi acordado aqui que o Sr. Dr. enviaria uma cópia do contrato a esta Comissão, naturalmente mantendo a reserva de confidencialidade que o Sr. Dr. entender dever impor, mas gostávamos de a ter.

Sr. Dr., eu tenho que, irrecusavelmente, voltar à data de 12 de Maio, que já foi aqui tratada pelos meus colegas Nuno Melo e João Semedo, mas eu não posso deixar de voltar a esta acta, porque esta acta é, de facto, uma acta importante. Ela não foi contestada, ela foi assinada, nenhum dos seus participantes a corrigiu no devido tempo, e é pouco compreensível que, um ano e tal depois, venha alguém, no caso do Sr. Dr., a corrigi-la, tanto mais que, sobre ela, nós já tivemos várias audições e testemunhos de confirmação do seu teor.

E, portanto, naquilo que diz respeito as alusões da intervenção do Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal, Prof. Duarte Neves, aconselhando que a melhor solução era a venda do Banco Insular, nestes exactos termos, há, pelo menos, duas pessoas, que a confirmaram que são Rui Machete e Joaquim Coimbra.

Mas eu queria também que me esclarecesse a primeira parte deste parágrafo nuclear, que é aquele em que o senhor diz, a propósito de alguém que propôs que essa resposta contivesse apenas a informação estritamente necessária, que tinha de preservar a sua credibilidade junto do Banco de Portugal pelo que colocava o seu lugar à disposição, caso a resposta não fosse completa.

Tenho que lhe perguntar, o que é que lhe foi proposto que o levou a ameaçar com a sua demissão.

Devo também dizer-lhe que há uma diferença substancial relativamente à prestação de depoimentos nesta Comissão, que já ontem fiz e que vou repetir hoje: esta Comissão, desde a última sessão até esta, evoluiu no sentido do levantamento do sigilo bancário e está a convidar todos os intervenientes, que se socorreram desta figura – Banco de

Portugal, BPN, pessoas individualmente consideradas –, para, face ao parecer de que dispomos, passarem a prestar, mesmo que com reserva de confidencialidade, mesmo com essa reserva, a informação toda, mesmo aquela que está sob aparente sigilo bancário.

E, portanto, o que tinha que lhe colocar....

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, não importa...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Faça favor, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Na explicitação do que, ontem, já disse, a reserva de confidencialidade não é garantida se for na sessão pública, não é?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, eu sei, mas também o Sr. Dr. é capaz de ter a ginástica, certamente para dizer assim: «não, então, se eu tiver que dizer, eu digo mas direi sob reserva de confidencialidade num outro momento».

Portanto, a questão que lhe queria colocar era esta: o senhor disse que havia um ou vários accionistas que o colocaram numa posição de: «não, não se diz isto, diz-se aquilo».

E esta Comissão quer saber duas coisas: quem foram esses accionistas, esse um ou mais, e o que é que eles propunham que se dissesse em vez daquilo que o senhor escreveu. Isto é absolutamente determinante.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, eu não lhe vou precisar quem são os accionistas. Havia vozes discordantes e eu sei que o conteúdo é aquele que foi na carta, depois, de 15 de Maio, com um quadro a dar o nome das *offshore*, já com os *ultimate beneficial owners* e o facto de terem acções, que passaram a ser próprias, porque os veículos eram pertencentes à SLN.

Portanto, é esta verdade toda que eu queria dar e quando puseram reservas eu achei que, então, nessa altura, eu retirava-me, porque aquele mínimo eu tinha que dar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., é exactamente isso que a gente quer saber.

O que o senhor disse, sabemos-lo, porque temos aqui a cópia da carta; agora, o que queremos saber é quem, quais accionistas, pretendiam que se não dissesse isto e se dissesse algo que não traduzia, pelo menos, aquilo que o presidente do conselho de administração queria dizer.

Queremos saber que conteúdo é que estes accionistas queriam que o senhor escrevesse que o motivou a ameaçar com o abandono do cargo? Queremos saber quem é que disse isto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, eu não vou dizer nomes, até porque nem me lembro de nomes, porque eram 11 ou 12 accionistas, ou nem sei quantos é que são, havia várias vozes discordantes...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas, há pouco, disse, claramente, aqui, que era um accionista.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, isso na foi da venda de acções. Eu falei...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, não, foi exactamente aqui, neste ponto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, não, eu não sei se era um. Peço desculpa, então.

Quanto à sua pergunta sobre o que é que eu queria dizer e o que estava proibido de dizer, direi que não havia coisas específicas, as pessoas não queriam é que eu não fizesse nada de informações ao Banco de Portugal, porque queriam esperar pelo Dr. Cadilhe. Era só isso e mais nada. Queriam esperar pela vinda do Dr. Cadilhe.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que eu posso depreender é que havia accionistas no conselho superior, que o senhor não quer aqui nomear, e diz que já não se lembra, até porque há bocado eram um e agora já não se lembra...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ó Sr. Deputado, desculpe, é que eu não quero estar a dizer nomes, porque isso parece...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., agora, deixe-me terminar!

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Faz favor, peço desculpa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E que lhe propuseram nada comunicar ao Banco de Portugal. É isso?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Mais ou menos isso, sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mais ou menos isso. Muito bem.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Havia uma oposição, havia uma resistência. Pronto, é isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Se o senhor diz que não lhe propuseram a alternativa de dizer isto em vez daquilo, o senhor acaba de dizer que lhe propuseram não dizer nada, não comunicar, pura e simplesmente. É uma resposta, já é um avanço, digamos assim.

Sr. Dr., diga-me uma coisa: há aqui uma empresa chamada Labicer, de que tenho alguma informação credível, que manteve relações com o Banco Efisa no que diz respeito ao seu projecto de financiamento.

Sr. Dr., eu queria obter a sua opinião sobre esta matéria, se confirma ou não confirma, e em que sentido é que foi desenvolvido o apoio do Banco Efisa a este projecto.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não sei de cor se é a Labicer, sei que houve três empresas do Grupo em que nós fizemos, juntamente com o BPN, algumas operações de crédito: uma delas é a Saúde, a outra é a

Omni, e a outra é a..., Bem são três empresas, mas da Labicer não me recordo bem. Mas houve qualquer coisa, de facto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se recorda, mas isso não significa que não tenha sido feita.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, eu posso, depois, mandar a informação.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., e já agora, pedia-lhe para acrescentar o seguinte: como sabe, esta empresa envolvia um investimento inicial de 52 milhões de euros, com uma participação pública de 9 milhões de um PIN, decidido ainda quando o Dr. Miguel Cadilhe era da então API, e, hoje, enfim, o buraco malparado desta empresa ultrapassa os 100 milhões, segundo alguns dizem. Mais: há mesmo um pedido, que ainda não foi resolvido, de resolução da intervenção do Estado nesta matéria.

Portanto, era importante perceber qual foi o papel do Banco Efisa na operação de montagem deste investimento e qual o papel do Banco Efisa na elaboração e na concepção, porque tenho ideia que foi ao nível da concepção que o Banco Efisa participou e não foi ao nível da concessão do crédito.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Na concepção não houve nada.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, foi mesmo ao nível da participação?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu tenho que ver isso. Peço desculpa. Sei que houve qualquer envolvimento, aconselhamento ou assim, mas já não lhe posso precisar o quê. Mas eu escrevo uma carta a responder a isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr. Dr.

O Sr. Dr., na primeira vez que aqui esteve, a determinada altura, sobre a entrada do Banco Efisa no BPN, dizia: «Pensávamos que do Grupo podiam resultar negócios para o Banco Efisa e resultaram alguns mas não muitos». E, depois, acrescenta: «Também houve alguns negócios de accionistas do Grupo que traziam negócios ao Banco Efisa.»

Queria que o senhor nos informasse, exactamente, que negócios de accionistas é que passaram pelo Efisa, a partir do momento em que o Efisa faz parte do perímetro do BPN, que tipo de créditos é que foram concedidos, como foram concedidos e que tipo de regras de concessão de empréstimos a accionistas é que foram feridas por esse tipo de actividade.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Já expliquei que o perfil do Banco Efisa não é muito para crédito, é mais para serviços.

Portanto, houve clientes, de facto, que recorreram ao Banco Efisa em serviços de assessoria ou daquilo que se chama *couper finance...*

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., mas não são clientes, são accionistas do Grupo?



O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eles vieram como clientes e nós, aí, não distinguimos se ele é accionista ou não. Accionista da SLN e não do Efisa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E essas operações eram montadas para serem financiadas por quem?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Muitas vezes, por outras entidades.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Que não o BPN?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Claro!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Todas?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Às vezes eram os sindicatos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sindicatos bancários?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em que o BPN tinha uma participação maioritária ou minoritária?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Às vezes era o BPN e muitas vezes...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, maioritária ou minoritária?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso, agora, eu não posso não posso dizer aqui exactamente se era maioritária ou minoritária.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas tem elementos que nos possa prestar?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Ah, isso mando, mando.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O que eu queria perceber é se, nas operações montadas pelo Banco Efisa a accionistas do Grupo SLN, a participação ao nível do crédito do BPN era ou não era uma participação relevante.

Confesso-lhe que não domino suficientemente o RGIC, mas não sei se mesmo, em termos de sindicatos, a participação, mesmo que minoritária, do BPN não fere a proibição que existe de conceder créditos a accionistas. Não sei.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não há proibição; há limitação!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, sim. Não sei se se mantém a mesma regra, mas, mantendo-se, era importante que tivéssemos uma percepção do que é que aconteceu, mas com rigor para percebermos se os limites eram ou não superados.

Sr. Dr., eu também queria perceber, sobre o Sr. El-Assir e os créditos concedidos, se o senhor teve ou não participação nas reuniões do conselho de administração que concederam o crédito originário ao Sr. El-Assir.

O senhor, na última vez que esteve aqui, referiu que as operações de crédito acima de um determinado escalão tinham que ir ao conselho de administração, apareciam lá e eram discutidas.

E eu queria perceber se o Sr. Dr., enquanto administrador do BPN, não executivo mas responsável pela área internacional, como já sabemos, se participou ou não na concessão deste crédito.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Nenhum. Não participei em nenhum.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É anterior à sua entrada?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Se calhar, nem passaram por lá!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, não, quanto a passarem, passaram. Não temos dúvidas sobre isso.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não vi, não estou lembrado de nada disso. Do El-Assir, não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, admite que ou tenham sido anteriores à sua entrada ou, se foram coincidentes com a sua estadia na administração do BPN, o senhor, nesse dia, não terá estado lá.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não sei. Sei que não assisti a essa reunião. Aliás, se calhar, até foram antes de eu entrar para a administração.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., eu também queria citar, tal como lhe citei a acta e lhe citei testemunhos em sentido contrário ao sentido de correcção, que o senhor acaba de fazer hoje, para que fique consciente, afirmações já aqui produzidas, durante esta Comissão de Inquérito, que contrariam a opinião expandida pelo Sr. Dr. de que estava limitado ou condicionado de fazer o quer que quisesse durante a sua gestão.

Sr. Dr., nós ouvimos aqui três dos quatro accionistas que o convidaram, sabemos quais são, o senhor da primeira vez não quis dizer quem eram, mas nós fomos apurando essa verdade e eu devo dizer-lhe que, desses três, mais do que um, disseram aqui, preto no branco, duas coisas: primeiro, que o senhor, de facto, foi convidado, desde a origem, a ter um desempenho de tipo transitório até à assembleia-geral de Junho, mas também disseram que isso nunca o limitou na sua capacidade de, por exemplo, contratar uma auditoria externa transversal ao Grupo para apurar a situação do Grupo.

Aliás, consultando as actas do conselho superior mostram que o próprio conselho superior, mesmo antes de o convidarem a si para presidir ao conselho de administração, tinha intenções de apurar a situação do Grupo e de se servir dos mecanismos possíveis e necessários para apurar essa situação.

Mas, independentemente dessa acta, de Dezembro de 2007, salvo erro, existe uma afirmação clara, aqui, nesta Comissão, de que se o senhor tivesse decidido fazer uma auditoria externa, tal como foi feita, depois, pela Deloitte, no tempo da administração Cadilhe, o senhor nunca foi limitado a fazê-la.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, é a palavra deles contra a minha.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem, mas eu não lhe fiz pergunta.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Alguém está a mentir e eu não sou!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tal como não lhe fiz pergunta sobre esta acta, mas apenas procurei saber qual era o conteúdo, aquilo que lhe propunham em alternativa, e foi a única pergunta que lhe fiz; estou a dizer-lhe que, aqui, duas pessoas disseram o que disseram e que dois dos accionistas que o convidaram para a presidência do conselho de administração também disseram a mesma coisa.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Deixe-me só corrigir também, já agora: quando me fizeram o convite não me disseram que era transitório, foi logo a seguir, uns dias depois, é que me disseram.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também aqui disseram que, desde o início, lhe transmitiram que era transitório.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Podem ter pensado, mas não disseram.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., finalmente, uma pergunta que decorre da audição, de ontem, do Dr. Carlos Tavares.

O BPN nunca teve autorização nem registo para fazer a gestão de carteiras de activos por conta de outrem – e refiro-me às famosas contas de investimento – aliás, no famosíssimo documento *O estado da nação*, segundo o senhor *SLN - A situação do Grupo*, quer num, quer noutra, vem lá apontado as contas de investimento como um dos principais problemas, um problema ao mesmo nível do do Banco Insular, sendo que, em termos de prejuízos ou de buracos ou de perspectivas, eram 500 milhões para um lado, 500 milhões para o outro, em números redondos.

E, portanto, este era o resultado de um produto, que existia no banco há muitos anos, e que não tinha autorização.

Pergunto-lhe: por que é que perante esta situação absolutamente incontornável, o senhor não tomou a decisão imediata de liquidar as contas de investimento e transformá-las em depósitos, remetendo para balanço, de uma forma imediata, os activos e os passivos?

Esta é uma dúvida que me ocorre. Por que é que tiveram que passar mais dois meses até que isso sucedesse?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Foram tomadas medidas, criei uma *task force* para isso, com alguém exterior, advogado, e mandei trabalhar nesse assunto.

Já me não lembro agora qual foi a decisão depois, mas não se podia fazer só para chumbar, tinha que se ver bem o que se estava a passar. E tanto que, depois, houve uma inspecção da CMVM que também apareceu lá no banco para acompanhar esse assunto.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., está bem, mas é capaz de me confirmar isso em actas, em decisões do conselho de administração?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Tenho que ver isso, desculpe.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não tem, neste momento memória de que tenha sido objecto de uma decisão, de uma deliberação, do conselho de administração?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — De uma decisão sim, porque tive que encomendar o trabalho a um advogado de fora...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não, de liquidar as contas de investimento?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Isso é que já não me lembro, mas acho que sim. Houve conselho de administração...

O Sr. Honório Novo (PCP): — De estudar, percebemos que sim, porque o senhor, perante o documento *SLN - A situação do Grupo*, mandou estudar as *offshore*, mandou estudar o Banco Insular, mandou estudar as acções próprias, mandou estudar as contas de investimento, mandou estudar todos os elementos que aqui estão...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas é uma questão, essa é uma forma de resolver o problema; outra é tomar a decisão imediata de eliminar uma situação e um produto que, deixe-me utilizar a expressão, eram ilegais, porque não tinham registo nem autorização da CMVM.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu esclareço isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, ficávamos muito agradecidos.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo, a quem peço para não demorar muito, porque o Sr. Dr. Karim Vakil está muito cansado.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Serei muito rápido, Sr.ª Presidente.

A primeira pergunta era só para me recordar, porque, na altura, não tomei nenhum apontamento, quais são as relações entre o Banco Investec, o Taib e a sociedade Tadco do ponto de vista dos proprietários.



Tanto quanto me recordo, o proprietário da Tadco é o mesmo do banco e do Investec, qual é? O Sr. Dr. disse-o, mas, na altura, não escrevi.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não há relação nenhuma entre eles. O Investec é um banco sul africano, como eu disse, o Tadco é um associado de gestão e consultoria que pertence a dois accionistas do Taib, mas não tem nada a ver com o Taib nem é ligado a eles.

O Sr. João Semedo (BE): — A segunda questão não é uma pergunta, mas era só um reparo, porque o Sr. Dr. já disse, aqui, uma ou duas vezes, se bem me recordo, que tinha entregue o documento *O estado da nação* ao Dr. Rui Manchete...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Sr. Deputado, posso corrigir?

O Sr. João Semedo (BE): — Faça favor.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não foi *O estado da nação* que eu entreguei, foi *SLN – A situação do Grupo*.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, sim, desculpe.

O Dr. Rui Machete não tinha memória disso. Portanto, é só este pequeno apontamento. Já agora, qual foi a razão que levou o Dr. Mascarenhas a pedir ao Sr. Dr. que escrevesse ao Banco Central de Cabo Verde a anunciar a intenção de compra do Banco Insular?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Foi que, como disse há pouco tempo, o Dr. Mascarenhas estava um pouco alarmado com as insistências que ele tinha do Governador do Banco Central de Cabo Verde para repor determinados rácios que não estavam bem e, portanto, precisava de dar esse conforto.

Foi isso que ele me pediu ao pedir-me para fazer a carta e eu disse-lhe que isso naturalmente eu podia fazer, mas isso teria de depender, depois, da autorização do Banco de Portugal, não é?

Portanto, tenho que pôr sempre a reserva de que fica sujeita a autorização do Banco de Portugal.

O Sr. João Semedo (BE): — A penúltima pergunta era a seguinte: relativamente às discussões a que o Sr. Dr. assistiu, envolvendo operações financeiras que, directa ou indirectamente, tivessem a ver com o Sr. El-Assir, recorda-se de alguma vez, nessas discussões, ter participado o Dr. Dias Loureiro?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Nas reuniões que o Dr. Dias Loureiro me pediu para ter com ele, o El-Assir veio, por acaso, acompanhado de um outro senhor, que não sei quem era, era um colega dele não sei de onde. Agora, já me não recordo se o Dr. Dias Loureiro passou por lá ou... Isso já lhe não posso afirmar.

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a referir-me a reuniões do conselho de administração do BPN que, eventualmente, o Dr. Dias Loureiro tenha participado só para discutir este assunto...

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Não, o Dr. Dias Loureiro não participava nas reuniões do conselho de administração.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu sei que não, eu sei que não! Estou a perguntar, e creio que é normal, aliás, aqui já houve várias situações desse tipo, que o conselho de administração convoque tal ou tal colaborador para, sobre determinado assunto específico, ser ouvido.

Estou a perguntar-lhe é se alguma vez se recorda de isso ter acontecido relativamente ao Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu nunca vi o Dr. Dias Loureiro nos conselhos de administração do BPN. Se esteve em algum, no tempo em que eu não estava lá, é natural, mas eu não acredito que ele tenha estado.

O Sr. João Semedo (BE): — Por último, queria perguntar-lhe se o Sr. Dr., alguma vez, tomou conhecimento, teve consciência ou, pelo menos, formulou como pensamento a possibilidade de o Dr. António Franco, administrador, na altura, do Banco Português de Negócios, ter pretendido gerar uma solução alternativa ao Dr. José Oliveira e Costa, que eventualmente até pudesse passar pelo próprio Dr. António Franco.

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Para substituir o Dr. Oliveira e Costa?

O Sr. João Semedo (BE): — Faço a pergunta outra vez.

Tem conhecimento de que o Sr. António Franco tenha, alguma vez, diligenciado ou estabelecido movimentações no sentido de substituir o Dr.

José Oliveira e Costa e, se alguma vez, eventualmente, ele poderá ter pensado que essa solução o incluiria a ele, António Franco?

O Sr. Dr. Abdool Vakil: — Eu não sei, naquela altura. Hoje, oiço falar que, de facto, houve reuniões em que o Sr. António Franco, juntamente com alguns accionistas, terá discutido o futuro do Grupo. Mas isso são coisas que estou a ouvir já *a posteriori*.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Dr.

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, penso que chegamos ao fim desta audição.

Agradeço muito ao Sr. Dr. Abdool Vakil a sua cooperação e a sua resistência e pedimos-lhe desculpa por este esforço que lhe foi pedido.

Agradeço também a todas as Sr.ªs e Srs. Deputados e, desejando-vos um bom fim-de-semana, recordo que o Sr. Dr. Dias Loureiro virá cá na terça-feira, de manhã.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E por que é que não fazemos o Dr. Dias Loureiro, à tarde, Sr.ª Presidente?

A Sr.ª Presidente: — Porque ele não pode.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que, para quem vem do Norte, era muito mais simpático.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Mas ele não pode. Querem às 11 horas? Às 11 horas dá-lhes tempo para virem?

*Pausa.*

Então, a reunião fica marcada para as 11 horas.

Da parte da tarde, podíamos fazer uma reunião, porventura de coordenação, com a relatora, para avaliarmos, em relação às audições que nos faltam, o tempo necessário para produzir o relatório.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 22 horas e 20 minutos.*